



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
RAFAEL JUAN DIEGO DE CAMARGO MOREIRA

**O USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO
RIBEIRA (SP) DURANTE A PANDEMIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS
DE (RE)CONEXÃO SOCIEDADE-NATUREZA**

OURO PRETO 2021

RAFAEL JUAN DIEGO DE CAMARGO MOREIRA

O USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (SP) DURANTE A PANDEMIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE (RE)CONEXÃO SOCIEDADE-NATUREZA.

Monografia apresentada para compor a avaliação final do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo

Orientadora: Prof Dra. Suzana Fernandes de Paula

OURO PRETO 2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838o Moreira, Rafael Juan Diego de Camargo.

O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia [manuscrito]: relatos de experiências de (re)conexão sociedade-natureza. / Rafael Juan Diego de Camargo Moreira. - 2021.

97 f.: il.: color., gráf., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Fernandes de Paula.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo. 2. Meio ambiente. 3. Covid-19. 4. Natureza. I. Paula, Suzana Fernandes de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael Juan Diego de Camargo Moreira

O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia: relatos de experiências de (re)conexão sociedade-natureza

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 27 de agosto de 2021

Membros da banca

Prof. Dra. Suzana Fernandes de Paula - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Isabela Barbosa Frederico
Prof. Dra. Kerley dos Santos Alves - Universidade Federal de Ouro Preto

Suzana Fernandes de Paula, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Fernandes de Paula, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2021, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0217733** e o código CRC **B9F819F4**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009306/2021-51

SEI nº 0217733

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135591447 - www.ufop.br

*"Salve as Caboclas da Mata, salve Iracema, salve Jurema!
Salve as Caboclas da Mata, Iara, Jussara, Jupira e Jandira!
Okê, Okê, Okê Caboclo!*

Salve a Mata!

Salve a Mata!

*A Mata que com seu manto de verdes me ata
Precisamos do chão, desimpermeabilizado
Respira, resiste tudo, porque em mim é mato
Cresce o mato como um mito coletivo
Querendo alastrar-se, ganhar terreno
Em cada vida asfaltada
Em cada calçada esquecida da cor da água
Nos córregos emparedados da cidade
Pulsa uma saudade de uma paisagem mais justa
Onde todos tenham pé nu, num chão nu
E faça esse caminho
Saudade da sombra da árvore
E do entendimento de que nós somos parte desse manto
Mato, saudade é mato, cresce em qualquer lugar
E que se proteja o que nos dá força
E nos finca firme de novo no que somos..."*

(Trecho da Canção de Camila Costa e Poesia de Pedro Rocha)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Mamãe Natureza, por me proporcionar a vida e a força que necessito para sempre seguir adiante. Aos espíritos da floresta, da montanha, dos rios, da terra, da água, do fogo, do vento e do ar que com suas forças, não deixam nada a mim faltar.

Aos meus pais, Cláudia e Ismael por sempre me proporcionarem o melhor, por toda a luta que tiveram para que eu pudesse chegar até uma Universidade Federal.

À minha irmã Taynara, que me incentiva e me inspira a sempre ir em frente. Aos meus irmãos, Andrey e Samuel por também serem minha fortaleza e à minha tia Vera Lúcia, por tanto ter acreditado em mim e por sempre ter estado ao meu lado.

Ao Departamento de Turismo (DETUR) e a UFOP, pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Aos excelentes professores e professoras do DETUR, pelo profissionalismo e o compromisso de me ensinarem sobre o universo do Turismo. Em especial profs. Alissandra, Rodrigo Martoni, Rircado, Carol Lescura, Kerley dos Santos e Isabela Frederico.

À professora Suzana Fernandes, por lecionar a primeira matéria a qual tive contato com a área ambiental, pela orientação, pelo comprometimento, pela amizade e por acreditar em meu potencial e me inspirar na área ambiental.

A toda equipe dos anos de 2017, 2018 e 2019 do Festival de Inverno de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, o qual tive a honra de aprender muito e compartilhar ótimos momentos. Em especial ao professor Marcos Knupp, meu orientador de estágio e coordenador executivo do Festival, ao Tiago Motta, a Hayla e a equipe de logística de transportes.

A toda equipe que trabalhou comigo no Encontro Nacional dos Estudantes de Turismo (ENATUR), em especial o grupo de diretores e diretoras que tomaram a frente do evento assim como a equipe de logística, por dividirem momentos tão especiais na realização deste importante evento.

Ao Centro Acadêmico de Turismo (CATUR), o qual tive a chance de atuação como coordenador de projetos, pesquisa e extensão, pela chapa pró-ativa, por dividirem momentos de luta pelo nosso curso.

Ao Levante Popular da Juventude, organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade brasileira, a qual tenho orgulho em fazer parte e a dividir a luta por um Brasil e um mundo mais justo,

inclusivo e com condições equalitárias.

Ao Parque Estadual da Mata do Limoeiro, o qual tive a chance de participar do projeto ecofolia como voluntário e ter o rico aprendizado frente ao incrível trabalho de educação ambiental.

Ao Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), por ser o Parque do meu coração, me inspirar e tornar este trabalho possível. À todos os moradores do entorno do PETAR, em especial, o bairro da Serra e a família de Iporanga, por tanto contribuírem em minha pesquisa e em minha jornada; Jura do PETAR, Edu do PETAR, seu Abílio, dona Zeni, Davi Parente, Roberto Pica Pau, Hélio JR, Leiz, Gilvan, Silvio, Michel e todos que contribuíram de alguma forma na minha caminhada. Sem vocês este trabalho não seria possível.

A equipe do FUJA, a qual tenho muito orgulho em fazer parte e a poder viabilizar minha luta no âmbito profissional.

Ao meu grande amigo, Fred Becker, companheiro de trabalho, amigo e irmão por me ensinar o quanto a vida vale a pena ser vivida.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a qual tenho orgulho em fazer parte, por todo trabalho de conservação da biodiversidade brasileira e de proteção a Mata Atlântica presente nos 17 estados brasileiros. Ao meu grande amigo, Clayton Lino, presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por confiar em meu trabalho e a me inspirar na trajetória ambiental.

Aos meus irmãos e irmãs de período 16.2 da Universidade, pelas trocas e vivências tão ricas proporcionadas.

A minha família de Ouro Preto, República Jardim Zoológico, por ter me acolhido e por ter sido minha segunda faculdade me preparando da melhor forma para os desafios da vida; Raimunda, Seringueiro, Cirillo, Tolimpo, Disela, Emocionado, Chororo, Recruta, Carrara e nuh, sem vocês eu não teria conseguido fechar esse importante ciclo da graduação.

Aos meus amigos que fiz ao longo da trajetória em Ouro Preto, por tornarem tudo mais leve e por todo amor e carinho compartilhado.

Aos seres de luz, anciões e anciãs, guardiões e guardiãs, anjos, divindades, mestres e mestras que me acompanham e me dão força para manter o meu espírito cheio de força.

Ao grande Sol, pelos ricos ensinamentos, por me purificar e por me proteger sempre me dando a abundância necessária para cumprir meu propósito sublime.

RESUMO

Diante dos sintomas de desconexão da sociedade com a natureza intensificada por uma pandemia de nível global, que denota ao mesmo tempo uma crise sanitária, ambiental e econômica, é necessário refletimos sobre as mudanças relacionadas ao trabalho, lazer e isolamento. Em contrapartida destas crises, temos nas unidades de conservação uma das mais eficientes estratégias para a proteção da biodiversidade, que por meio do uso público e da consequente educação ambiental proporcionada pela visitação turística, as pessoas têm a chance de experienciar atividades que podem trazer uma sensação de (re)conexão com a natureza. Por meio de um estudo de caso no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), a presente pesquisa tem como objetivo discutir a importância do uso público de unidades de conservação na (re)conexão da sociedade com a natureza, buscando também compreender como a pandemia do Covid-19 modificou as relações de alguns atores do PETAR com a natureza. A pesquisa de caráter qualitativa utiliza como instrumentos a observação participante, entrevistas semi-estruturas num primeiro momento e posteriormente, entrevistas remotas pela plataforma do *google forms* com os mesmos entrevistados que tinham sido abordados *in situ*. A partir das respostas dos atores do Parque entrevistados, foi possível fazer inúmeras reflexões acerca da importância desses espaços naturais para a saúde mental dos moradores locais, dos visitantes e a sociedade no geral, sobretudo num período pandêmico, evidenciando como as unidades de conservação desempenham um papel fundamental no que tange a (re)conexão da sociedade com a natureza.

Palavras Chave: Petar; covid-19; (re)conexão; sociedade; natureza.

ABSTRACT

Due to two symptoms of disconnection from society as a nature intensified by a global pandemic, which denotes the same time a health, environmental and economic crisis, it is necessary to reflect on the changes related to or work, lazer and isolation. In counterpart to these crises, we have the most efficient conservation units for the protection of biodiversity, which by means of public use and gives consequent environmental education provided by tourist visits, as people have a chance to experience activities that can create a sensation. of (re) connection with nature. By means of a case study of the Alto Ribeira State Tourist Park (PETAR), this research has the objective of discussing the importance of public use of conservation units in the (re) connection of society with nature, also seeking to understand how to The Covid-19 pandemic modified the relationships of some PETAR actors with nature. For qualitative research, it uses participant observation as instruments, semi-structured interviews, first and later, remote interviews on the Google forms platform as the same interviewees who have been approached in situ. From the responses of two interviewees from the Park, it was possible to make numerous reflections on the importance of natural spaces for mental health two local residents, two visitors to a non-general society, especially during a pandemic period, evidencing how the conservation units play a role. fundamental not that it tange a (re) connection of the society as a nature.

Keywords: Petar, covid-19, (re) connection; society; nature.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

FF - Fundação Florestal

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2: Registro do trabalho de campo e aplicação das entrevistas.....	07
Figura 3: “Barmen, seen from the Ehrenberg”, pintura que retrata primeiras áreas verdes desmatadas como fonte de matéria-prima para o início da Revolução Industrial.....	08
Figura 4: Síntese dos possíveis benefícios do uso público em áreas protegidas.	31
Figura 5: Práticas que reconectam pessoas à natureza.....	32
Figura 6: Mapa de localização do PETAR	39
Figura 7: Unidades de Conservação do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba	40
Figura 8: Pórtico da caverna Casa de Pedra.....	41
Figura 9: Piscina natural do Núcleo Santana.....	41
Figura 10: Mapa dos atrativos do PETAR	49
Figura 11: Anúncio do fechamento do Parque.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de visitantes por ano do PETAR 2016-2019	50
-------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistados.	05
Quadro 2: Categorias de unidades de conservação.....	27
Quadro 3: Classes de usos em áreas naturais protegidas	30
Quadro 4: Síntese das diretrizes e linhas de ação do Programa de Uso Público	45
Quadro 5: Linha do tempo do funcionamento do PETAR na pandemia	52
Quadro 6: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 3) - Visitantes.....	60
Quadro 7: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 4) – Visitantes	61
Quadro 8: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 5) - Visitantes.....	61
Quadro 9: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 6) - Visitantes.....	62
Quadro 10: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 7) - Visitantes.....	62
Quadro 11: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 8) - Visitantes.....	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo geral.....	4
1.1.1 Objetivos específicos.....	4
1.2 Metodologia	4
1.2.1 Métodos e técnicas.....	6
2. AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA PÓS REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E EM PERÍODO PANDÊMICO	8
2.1 O homem moderno na concepção "desenvolvimentista": a devastação da natureza.....	8
2.2 - O sujeito pós-moderno da sociedade líquida: ausência do vínculo com o natural e a era da violência neuronal.....	14
3. A PROTEÇÃO DIANTE DA DEGRADAÇÃO: HISTÓRICO CONCEITUAL DA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	21
3.1 – Áreas protegidas no Brasil.....	24
3.2 - Turismo em áreas naturais protegidas e o covid 19	32
4. ENTRE AS REGIÕES DO VALE DO RIBEIRA E O ALTO PARANAPANEMA: PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (PETAR)	35
4.1 – Criação do PETAR	35
4.2 – Localização e acesso	38
4.2.1 – Caracterização da paisagem	39
4.3 – O programa de Uso Público do Parque	43
4.4 – O turismo no PETAR.....	46
4.4.1 Funcionamento do Parque na Pandemia - Protocolos de abertura.....	50
5. “UMA GRANDE FAMÍLIA, UMA GRANDE IRMANDADE”(EMPREENDEDOR LOCAL 1): ENTREVISTAS SOBRE O PETAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA: REFLEXÕES E ANÁLISES DOS RELATOS	55
5.1 – “Visitar um lugar como o PETAR, acho que não é necessário apenas como forma de entretenimento, mas como forma de reconhecimento de si próprio”(Visitante 1)- Reflexões a partir dos Relatos de Visitantes	55
5.2 – “Então a gente tá otimista, confiante e feliz pela retomada da abertura pós pandemia da unidade”(Monitor Ambiental) - Reflexões a partir de Relatos do Monitor Ambiental.....	63
5.3 - “() a principal economia que vem do Turismo, turismo esse que foi impactado com a chegada da pandemia mas onde nossas economias zeraram”(Empreendedor local 2) - Reflexões a partir de relatos de Empreendedores locais.....	67
5.4. -“O importante do parque é a vida do visitante, que ele possa se sentir seguro, e a preservação do meio ambiente” (Segurança do Parque) - Reflexões a partir de relatos de um morador local e Segurança do Parque	69
5.5 “Além das belezas naturais, são grandes números de Caverna, o PETAR é um modo de vida, com a participação ativa da Comunidade” (Gestora) - Reflexões a partir do Relato da Gestora.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

1. Introdução

Passamos por um momento histórico e crítico em todo o planeta, onde há uma degradação ambiental muito intensa e acelerada dos recursos ambientais e, como consequências drásticas, observamos a desertificação do solo, do desmatamento, da mudança climática, dos nossos recursos hídricos. Somado a isto, enfrentamos uma pandemia de nível global, que demonstra claramente como a sociedade contemporânea está desconectada com a natureza. A marca que o homem deixa na biosfera chegou num momento de calamidade, cujas alterações antropogênicas, tem origem na atividade humana e na forma como o mesmo se relaciona com a natureza, fazendo com que a sexta extinção em massa das espécies e a crise climática sejam as ameaças mais urgentes do nosso tempo (LAYRARGUES, 2020). A partir da relação do impacto da ação humana no funcionamento e os fluxos naturais do planeta, alguns especialistas afirmam que entramos em uma nova época geológica, o Antropoceno, uma vez que a civilização humana alterou irrevogavelmente os sistemas básicos da Terra (WRIGHT et al, 2018, p. 456)

Esta desconexão da sociedade com a natureza foi intensificada a partir da revolução industrial, a introdução de máquinas e motores a vapor atingiu patamares de produção jamais antes vistos e isso significou também um avanço do capital que circulou e circula no espaço e no tempo criando sua própria geográfica peculiar. Os países que tinham se industrializado, principalmente a Inglaterra, precisavam de matéria prima (natureza), mercado consumidor e áreas para investir e expandir seus impérios tendo como objetivo levar a "civilização" para os povos menos desenvolvidos, por isso é utilizado o termo "Desenvolvimentista", a fim de criticar esses impérios que dominavam povoados com a premissa de que estavam levando o desenvolvimento. O marco temporal, utilizando a revolução industrial procurou mostrar que a partir daí, o homem modificou a natureza causando danos irreversíveis (devastação).

As sociedades pós-industriais, começam a produzir novas necessidades por meio da "cultura de mercado" que elas mesmas construíram fazendo com a sociedade fosse se desconectando cada vez mais da natureza em troca dos meios urbanos, e em busca dos bens materiais. "A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "sujeitos de obediência", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos" (HAN, 2015, p. 22).

A exploração desenfreada da natureza pela lógica capitalista, faz com que as pessoas vivam uma vida totalmente artificial, deixando de acompanhar o ritmo dos ciclos da natureza e passasse a se orientar pelo ritmo proposto pelo capital. Essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto também é um produto da filosofia cartesiana que vê a natureza como meramente um recurso para nos servir.

Sendo assim, faz-se necessário a abordagem sobre as razões para criação das áreas protegidas e o conseqüente despertar da consciência para a questão ambiental no âmbito mundial quanto nacional. A criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 é o marco principal das ações modernas de delimitação de áreas protegidas, no entanto, essa preocupação em proteger a natureza é fundamentada numa visão de sacralidade da natureza sob influência do transcendentalismo romântico que buscava no mundo selvagem (wilderness) a "salvação da humanidade", valorizando as motivações estéticas, religiosas e culturais dos habitantes da cidade. A partir desse olhar, os parques nacionais são vistos como a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial resultando no que é chamado de corrente preservacionista. Nessa vertente de motivação para se atribuir valor e importância a natureza é defendido a proteção da natureza pela criação de áreas nas quais não fosse permitido nenhum uso humano diferente da simples visitaçao temporária que supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver uma manejo mais sábio dos recursos naturais.

A transposiçao desse modelo para os países com realidades distintas, trouxe um impacto incalculável para o etnoconhecimento das populações tradicionais que habitavam as florestas, uma vez que esse modelo visa a desapropriação dessas comunidades milenares que já habitavam o território. Por outro lado, havia também a corrente conservacionista, que configura outra motivação para se atribuir valor e importância para a natureza e tinha como valores fundamentais o uso direto, mas racional, democrático e eficiente da natureza.

A trajetória brasileira de criação das áreas protegidas é longa e complexa, tendo passado por vários eventos e acontecimentos até que fosse criado a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 18 de julho de 2000, dispositivo legal e que é dividido em dois grupos: a) Unidades de Proteção Integral e b) Unidades de Uso Sustentável, que por sua vez se subdividem em outras 12 categorias.

Como contrapartida das referidas crises aqui citadas, temos nas unidades de conservação uma das mais eficientes estratégias para a proteção da diversidade biológica cumprindo uma série de funções como: a regulação da qualidade de água para consumo, fertilidade dos solos, equilíbrio climático, manutenção da qualidade do ar, base para produção de medicamentos, áreas verdes para lazer, educação, ecoturismo e reflexão espiritual (FIGGIS, 2015; MARTINS, 2018; LANZAS, 2019 apud SILVA-MELO; MELO, GUEDES, 2020). E por meio do uso público e da consequente educação ambiental proporcionada pela visita turística nessas áreas, as pessoas têm a chance de experimentar atividades que podem trazer uma sensação de (re)conexão com a Natureza.

Para o presente trabalho, o recorte territorial dado foi ao Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira (Petar). Esta unidade de conservação foi selecionada a partir da inquietação do pesquisador em relação à temática de (re)conexão com a natureza, enquanto integrante do programa de jovens da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) realizando o trabalho de produção audiovisual em áreas protegidas e também a partir da sua experiência de voluntariado no Parque Estadual da Mata do Limoeiro em Itabira - MG. Por meio das atividades com maior contato com a natureza, as pessoas podem experimentar os ambientes naturais de maneira que crie laços afetivos com as localidades, como foi o caso do PETAR que conquistou as pessoas com suas incríveis cavernas e por estar numa das áreas mais ricas em biodiversidade do Brasil.

Por fim, mas não menos importante, a partir de todo o referencial teórico, são apresentadas as análises das entrevistas e resultados da pesquisa de campo em concomitância com as análises bibliográficas e as temáticas que foram debatidas nos

capítulos anteriores. A partir da consideração e valorização das falas dos protagonistas do PETAR, a saber, moradores, funcionários, visitantes e outros atores é realizada uma discussão sobre a importância do Parque para àqueles entrevistados e também a análise acerca das experimentações destes sujeitos com a natureza buscando refletir como a pandemia e o "estar recluso" lançou um novo olhar sobre o externo, sobre o natural, sobre o lazer e a vida, de modo mais orgânico. São muitas as inquietações levantadas a partir da lamentável experiência que o mundo passa diante da crise pandêmica, dentre elas, tem-se o objetivo de relacionar a pandemia com o aumento do desejo de conexão com a natureza e como as medidas de isolamento social deixaram evidente "pra todo mundo" como citado por um dos entrevistados, que a conexão com os ambientes naturais fez muita falta.

1.1 Objetivo Geral

Ao observar os sintomas de desconexão com a realidade ambiental em que a sociedade contemporânea está inserida, busca-se como objetivo principal refletir sobre a importância do uso público de unidades de conservação para a experiência de (re)conexão da sociedade com a natureza durante a pandemia por meio de um estudo de caso no PETAR.

1.1.1 Objetivos específicos

- Analisar as transformações nas relações homem-natureza no período pós-revolução industrial, afim de tecer um fio condutor e amplo para entendermos as dinâmicas e concepções que ainda permanecem em nossa cultura atual no contexto da pandemia.

- Apresentar o histórico, área de estudo e usos públicos do PETAR, localizado entre as regiões do Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema e sua relação com a necessidade de preservação da biodiversidade, o turismo local e os protocolos de abertura do parque durante a pandemia.

- Demonstrar a compreensão de membros comunidade, de visitantes, gestão e outras pessoas que compõem o PETAR como a pandemia de Covid 19 modificou suas relações com a natureza.

1.2 Metodologia

A pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa, exploratório-descritiva, onde foi utilizada a técnica de estudo de caso, tendo como foco o PETAR. A metodologia que foi utilizada contou com observação participante (MARUJO, 2012) com os atores do Parque, possibilitando uma aproximação do pesquisador com os devidos interlocutores no espaço social da pesquisa. Foram feitas gravações de entrevistas *in situ*, que tinham como objetivo principal registrar a relação de alguns atores com o Parque. Todo o material produzido nesse momento, além de levantar informações de base para a presente pesquisa, teve como finalidade produzir conteúdo para a celebração do dia das áreas protegidas da América Latina e do Caribe pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. As entrevistas realizadas na

primeira fase, procuraram analisar qual significado do Parque para aquelas pessoas, e por meio das entrevistas semi-estruturadas, que constituem um grupo de perguntas “abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimentos” (Lavielle e Dionne, 1997,p188). Por meio do quadro 1, é possível ver a amostragem e os atores que foram entrevistados:

Quadro 1: Entrevistados

Entrevistado	Quantidade	Observação
Gestora do PETAR	1	Juliana Conrado
Visitantes do Parque	4	Grupo de quatro turistas visitantes do parque
Monitor Ambiental	1	Um morador local/monitor ambiental do PETAR
Segurança do Parque	1	Um morador local/Segurança do parque
Empreendedor local	1	Entrevistado, morador local e monitor ambiental proprietário de uma agência de viagens
Empreendedor local	1	Entrevistado, morador local, proprietário de um meio de hospedagem no entorno do parque
-	9	-

Fonte: Autor (2021)

As visitas aconteceram primeiramente em 2019, onde foi feito um trabalho de campo de reconhecimento da unidade durante 10 dias, dos dias 26/12/2019 até o dia 05/01/2020. Nesses dias, o objetivo foi conhecer a unidade e seus atrativos, conversar com os atores do Parque, observar o seu devido funcionamento se aproximando da realidade do local estudado. A segunda visita ao PETAR durou 7 dias e ocorreu do dia 12/10/2020 ao dia 19/10/2020, momento em que o Parque reabriu suas atividades após um período fechado em virtude da pandemia. Foi nessa segunda visita, onde foi realizada a entrevista *in situ* com os atores do parque acima citados.

No segundo momento, mediante a temática da pesquisa em questão e após um ano de reabertura das atividades, os mesmos entrevistados foram novamente acionados. Desta vez, por via digital. Para cada público entrevistado, foram incluídas perguntas específicas no roteiro norteador. Para os empreendedores locais, as perguntas foram direcionadas para questões socioeconômicas acerca dos benefícios que o parque traz para sua determinada atividade e como a experiência de (re)conexão com a natureza, após o período das atividades do Parque suspensas, refletiu nas ações empreendedoras desse público. Para a entrevista com o monitor ambiental, as perguntas foram direcionadas ao retorno das atividades profissionais, assim como investigar de que forma o monitor se sentem ligado ao parque. Aos

visitantes, as perguntas foram direcionadas a explorar aspectos como o motivo da visita ao Parque, e sobre qual a experiência que os atrativos poderiam proporcionar, assim como entender o que essas pessoas mais sentiram falta com o período de “reclusão” advindo da pandemia. Por fim, para agregar informações institucionais, um formulário foi enviado à gestora do Parque com objetivo de compreender quais os principais desafios e dificuldades encontradas pela administração da Unidade no período pandêmico, e também a fim de entender quais foram as principais mudanças que o Parque teve que adotar para implementação das medidas sanitárias

Após as entrevistas, as mesmas foram transcritas e os dados foram analisados no capítulo quatro do presente trabalho. Para além das entrevistas que foram realizadas em 2020, a fim de fazer um comparativo, foram elaborados formulários de perguntas (Whatsapp e Forms), para análise de discurso (GADET; HAK, 1997) e de conteúdo (BARDIN, 1995), *apud* Rocha e Deusdará (2005), feita assim a discussão integrada dos dados primários com os dados secundários.

1.2.1 Métodos e técnicas

Etapa 1 – Escritório

- Revisão de Literatura de temática afim à pesquisa: relação da sociedade com a natureza, revolução industrial, capitalismo, áreas protegidas (unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reservas da biosfera e afins), políticas públicas de proteção ambiental, evolução do pensamento ambiental, ecoturismo, PETAR, entre outras;
- Seleção de amostra: Núcleo Santana, Núcleo Ouro Grosso e localidades do entorno (especialmente Bairro da Serra e cidade de Iporanga) do PETAR
- Elaboração de instrumento de coleta de dados: Roteiro norteador para as entrevistas *in situ* e questionários estruturados qualitativos (*google forms*)

Etapa 2 – Trabalho de Campo e entrevistas

- Local: Parque Estadual Turístico Alto Ribeira (PETAR) – Núcleos Ouro Grosso e Santana - Bairro da Serra
- Material: Câmera fotográfica, microfone de captação de áudio, notebook, pranchetas, caneta, *softwares Microsoft Office Word e Excel*, e *Google Forms*

- Trabalho de campo de reconhecimento e de observação do local analisado (realizado em dezembro de 2019);
- Trabalho de campo e gravação das entrevistas junto a equipe da RBMA no primeiro final de semana de abertura do Parque (Outubro de 2020); (Figura 1 e 2)

Figura 1 e 2: Trabalho de campo e aplicação das entrevistas.



Fonte: Próprio autor (2020)

- Entrevista remota pela plataforma *Google Forms* e por áudios via *whatsapp* enviadas no mês de Julho de 2021 (9 meses após a entrevista semi-estruturada de 2020), com acervo dos dados para uso estritamente acadêmico e não comercial na plataforma GSuites da Universidade Federal de Ouro Preto;
- Trabalho de campo para realização de observação participante (MARUJO, 2012) de acordo com os protocolos de segurança da Fundação Florestal/Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (Dezembro de 2019 e Outubro de 2020);
- Registro fotográfico e videográfico;
- Registro via caderneta de campo com descrições, e observações.

Etapa 3 – Elaboração final da monografia e defesa

- Transcrições das entrevistas;
- Discussão dos resultados;
- Elaboração final da monografia;
- Defesa da monografia.

CAPÍTULO 2 - AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA PÓS-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

2.1 O homem moderno na concepção "desenvolvimentista": a devastação da natureza

Ao longo da história humana é possível observar como o trabalho foi se alterando, assim como o modo de produção da nossa sociedade, no qual passou por várias fases de desenvolvimento, diversos ciclos de crescimento e de crises. Com o uso da máquina a vapor, e o uso intensivo da mão de obra assalariada ocorre a primeira Revolução Industrial em meados do século XVIII caracterizados por longas jornadas de 12 a 15 horas diárias por condições de trabalho extremamente precárias (Figura 1).

Figura 3: "Barmen, seen from the Ehrenberg", pintura que retrata primeiras áreas verdes desmatadas como fonte de matéria-prima para o início da Revolução Industrial.



Fonte: August von Wille (1870).

O que fez com que, através da introdução de máquinas e motores a vapor, generalizasse a produção de mercadorias em patamares nunca antes visto e, partir daí, o ser humano passasse a ter um impacto maior na natureza, como afirma (PIRES, 2017) acerca desse impacto, onde a ação do homem começa a modificar a natureza, ao utilizar com maior intensidade os recursos naturais, combustíveis fósseis e ampliando o desflorestamento.

Desde os primórdios, a relação do homem e o trabalho resultam num amplo e complexo debate acerca dos seus sentidos. Através do trabalho é que o homem consegue atender as suas necessidades fisiológicas e sociais, que assim como afirma (LÚCKÁCS, 1981) o trabalho pode ser visto como modelo, proforma do ser social. Assim como para Antunes, onde [...] o ato de produção e reprodução da vida humana

realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. (ANTUNES, 1995, p. 121)

Dessa forma, a organização dos processos de trabalho nos quais os trabalhadores estão inseridos, produzem graves problemas sobre a saúde o que põe em risco nossa sociedade contemporânea, uma vez que os efeitos da globalização resultam na atual conjuntura do sistema capitalista e sua consolidação no mundo manifestando nos mais diversos campos que sustentam e compõem a sociedade: cultura, espaço geográfico, educação, política, direitos humanos. Sendo a globalização influenciado diretamente pelas operações do capital, conforme abordagem de conteúdo da globalização:

No entanto, ao se observar as coisas de perto, percebe-se que o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira. (CHESNAIS, 1996, p.47)

Com a rapidez da informação, as mudanças tecnológicas, evolução dos meios de comunicação, a sociedade tem presenciado um momento de reorientação na forma como sempre se organizou o que causa grande impacto no meio ambiente, como elucida (JACOBI, 2006) ao falar sobre os processos sociais que determinam as formas de apropriação da natureza e na gestão de seus recursos ambientais, na constatação de que os problemas que afetam e mantem a vida no nosso planeta são de natureza global e suas causas revelam como a questão envolve dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais.

O ambiente natural, como afirma Burkett (1999, p. 178) tal como todas as condições necessárias de produção é dotado de certo caráter social na medida em que serve como condição de trabalho combinado da comunidade. Este caráter social é capitalista, já que a natureza é apropriada, redesenhada e espoliada pelo capital em linha com os imperativos da acumulação monetária, o que faz com que a interação do ser humano com a natureza seja definida pelas relações de produção vigentes na sociedade. Dessa forma, para compreender com maior profundidade a complexidade da devastação da natureza é necessário analisar suas condições históricas e sociais.

A partir da primeira revolução industrial, o sistema de produção econômica no mundo mudou radicalmente, marcando um período de grandes rupturas que sinalizaram o fim do antigo regime e as relações sócio econômicas feudais. A produção que anteriormente era artesanal e familiar, era feita lentamente pelas

famílias num trabalho fragmentado através das famílias de camponeses que cuidavam de todo processo desde a criação das ovelhas, e depois transformavam os algodões em fios e teciam os fios e com o passar do tempo, com o surgimento de novas máquinas, novos meios de transporte e novos meios de comunicação, esse processo produtivo passa-se a se concentrar em um lugar só, que seriam as manufaturas, que promoveu mudanças significativas no desenvolvimento do trabalho individual.

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, convertendo-o numa anomalia ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...]. Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial. (MARX, 1985, p. 283)

A partir daí se explicita a divisão de classes, uma vez que esse processo é concomitante a grandes transformações políticas ao longo do século XVII, que passou por uma série de acontecimentos que levaram à ascensão da burguesia como classe dominante impactando diretamente no processo de produção que era familiar, mas ainda assim era artesanal.

A introdução da máquina a vapor permitiu que a produção fosse muito mais rápida e muito maior e com isso ela começou a ser utilizada primeiramente na indústria têxtil e com essa expansão do maquinismo, a produção começou a ser em série e o que antes era centralizado no trabalhador, por ele deter a técnica e só ele ser capaz de conduzir cada etapa do trabalho, pois ele era detentor da técnica.

Após a introdução das máquinas, esse processo descentralizou do trabalhador fazendo com que os burgueses pudessem contratar pessoas com menor grau de instrução, para trabalhar em um processo produtivo com menor complexidade, apenas operando parcialmente a produção do produto final, e com esse novo modelo de produção que demandava pouco conhecimento, aumentava-se também o poder da classe burguesa, pois ela poderia substituir facilmente o trabalhador, o que fazia com que as pessoas ficassem a mercê de condições de trabalhos péssimas e com enormes jornadas de trabalho, o implica diretamente na nossa relação com a natureza, ao converter as relações naturais em relações monetárias, como explica Marx, em sua crítica:

A grande indústria submeteu as ciências naturais ao capital e retirou da divisão do trabalho a última aparência de desenvolvimento natural. Ela, em

geral, eliminou o desenvolvimento natural no interior do trabalho, na medida em que isso foi possível, convertendo todas as relações naturais em relações monetárias. (...) O seu desenvolvimento produziu uma enormidade de forças produtivas. (...) Com a propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem apenas de uma forma, convertendo-se, em sua maioria, em forças destrutivas e uma grande quantia dessas forças sequer apresentam uma utilidade. (...) Ela produziu, em geral e em todo lugar, as mesmas relações entre as classes da sociedade e, com isso, eliminou as particularidades das nacionalidades individuais. (MARX, 1969, p. 60)

Concomitante a essa produção em série, que produzia muito mais em menos tempo, ocorre também a expansão do liberalismo econômico, com menos interferência do estado, e se expande o trabalho livre e assalariado. Com o desenvolvimento da indústria, o comércio transformou-se, não somente em nível local, mas também em escala global, pois a expansão do comércio levou ao aumento da produção de mercadorias, fazendo com que as nações industrializadas precisassem ampliar seu acesso às matérias-primas utilizadas na produção, e fossem em busca de novos territórios, criando uma geografia peculiar da interação humano com os espaços percorridos pelo interesse do capital, que assim como diz Harvey:

As divisões territoriais e espaciais de trabalho (sendo a distinção entre cidade e campo uma das mais evidentes modalidades iniciais) surgem desses processos interativos de troca no espaço. Assim, a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termo de dotação de recursos e possibilidades, fatores que a acrescentam seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitiva. (HARVEY, 2014, p.83)

Ao buscar vantagens competitivas, além de vislumbrar novos territórios, almejaram ampliar a capacidade de vendas conquistando novos mercados consumidores e com a desculpa de quem estavam levando a “civilização” a esses povos menos desenvolvidos lutavam por novas conquistas territoriais em busca de exploração de matéria-prima e busca para seus produtos sendo um marco da transição do capitalismo comercial para o industrial que segundo Keil (2007, p. 67):

O ritmo da vida deixa de ser controlado pelas estações do ano, tornando-se mais dinâmico. Sob o ponto de vista econômico, inicia-se a modernidade. A Inglaterra deixa, por primeiro, a economia agrária e artesanal para entrar na era industrial, a Alemanha e a França em seguida, e depois outros. As sociedades estamentais se transformam em sociedades de classes, isto é, o poder passa das mãos dos proprietários de terra (aristocracia rural) para as mãos dos proprietários dos meios de produção industriais (burguesia industrial).

A partir do processo de trabalho, o homem transforma a natureza para que possa criar as condições para viver em sociedade, uma vez que é através do trabalho

que o homem consegue obter as condições necessárias à sua existência e a terra como diz Marx, não gera valor de troca, porém ela é a fonte do valor de uso (MARX, 1962, p. 51), fornecendo os bens necessários para a produção e reprodução do trabalhador, pois ela é a “fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano” (MARX, 1985, p. 150). É impossível à sociedade se desenvolver se reproduzir sem a natureza, uma vez que a sociedade depende inteiramente da existência da natureza para sua reprodução. Dessa forma,

A sociedade, quer a tomemos em termos de sua origem, quer a observemos em termos de sua existência ao longo dos tempos, supõe a natureza como algo prévio, algo que lhe é anterior. Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção. Toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza. (LESSA, 2007, p. 132)

No modo de produção capitalista, ao atender os interesses do lucro, as práticas sociais se resumem na apropriação da natureza onde tudo tende a ser transformado em mercadoria para a constante produção onde, assim como afirma Andrioli (2009), “A mercadoria precisa ser comercializada o mais rápido possível para concretizar o processo de geração de mais-valia e lucro nela existente. Não são as necessidades, mas a capacidade de pagamento que decide sobre o acesso a produtos, serviços e meios de produção.”

Portanto o autor (idem) afirma que o atual sistema de produção não garante sustentabilidade social e ambiental, nenhum desenvolvimento e nenhuma introdução de produtos orientada na sua reutilização, controle e reparação, pois nessa economia de mercado, a interação do ser humano e a natureza passa ser reduzida apenas à relação do dinheiro, onde é tido em suas bases, uma constante pressão do mercado pelo aumento da produção de mercadorias, dominando a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza.

Marx deixa claro em sua obra “Manuscritos econômicos-filosóficos”, de 1844, que ele não concebe a natureza como fonte ilimitada de matérias-primas, muito menos como recurso gratuito, e para ele os seres humanos e a natureza não devem ser vistos em uma relação de domínio por parte do homem, e sim numa relação de

reciprocidade:

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza. (MARX, 1968, p. 516)

Através da análise de Marx a respeito das bases do sistema capitalista que elucidam como as relações de trabalho se modificaram ao longo do tempo é possível ver como o capital toma novas formas ao longo da história, passando por diversos ciclos, modificando as necessidades do ser humano criando uma sociedade voltada para o lucro e orientada pelo consumo, o que faz com que essa lógica mercadológica repercuta de forma drástica na crise ambiental no que tange o uso dos recursos naturais para atender as demandas do lucro e causando uma ruptura na relação homem-natureza, tanto nos aspectos a que se referem aos meios externos(meio ambiente), como nos aspectos que se referem a própria natureza interna do ser social.

Vivemos tempos sombrios, onde estamos pondo em risco a vida humano no planeta terra, como alerta Unger (1991, p. 149):

A gravidade da situação que hoje atravessamos, não se deve unicamente ao fato de que temos de lidar com a ameaça da destruição de nossos recursos mais vitais: da água, do ar, das espécies vegetais e animais. O momento é grave, de modo mais essencial, porque o homem esqueceu a riqueza do que pode significar ser um ser humano. A tentativa de afirmar um poderio sem limites sobre as coisas – o projeto de estabelecer-se como tirano da vida – redundava em seu isolamento, em rompimento do diálogo com a natureza, em perda da referência da terra como abrigo.

A devastação que está sendo feita natureza significa uma revolução na existência, e ameaçam a sustentação da vida. Para Arthur Soffiati, a crise ambiental contemporânea não afeta apenas a espécie humana, mas toda forma de vida e os devidos suportes em todo o planeta:

[...] a crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção antropocêntrica, instrumentalizadora e utilitarista da natureza, cujas raízes remotas situam-se na tradição judaico-cristã, que constitui o substrato dos paradigmas humanista e mecanicista, formulados na Europa entre os séculos XV e XVIII. Essa concepção tanto é o resultado complexo do capitalismo em ascensão, como também é responsável pela revolução tecnológica eclodida no final do século XVIII, na Inglaterra. Em cinco séculos de era Planetária, ambas – a concepção e as relações materiais por ela engendradas – impregnaram inteiramente as sociedades distribuídas pelo mundo, com maior ou menor sucesso segundo resistências encontradas. Por derivar, também de forma complexa, de atitudes culturais e políticas, bem como de práticas socioeconômicas, a crise ambiental do presente revela seu aspecto

horizontal e, conseqüentemente, global. (SOFFIATI, 2002, p. 50-51)

Nos primórdios da humanidade, a relação do homem e a natureza era uma relação orgânica onde o ritmo de trabalho e a vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza, e no contexto capitalista fica claro como esse vínculo é rompido, fazendo com o que os sujeitos se relacionem com a natureza para transformá-la em produto, fundamentando um sério paradoxo, onde, por um lado nosso sistema de produção leva à destruição da natureza e cada vez mais uma separação do sujeito com a mesma, e do outro faz-se necessário reestabelecer essa conexão com nossa natureza para combater os males psicológicos que essa separação traz.

Ocasionalmente a perda da identidade do ser humano no ambiente em que vive. Como consequência desse modelo de sociedade urbano-industrial que prevalece no ocidente de tradição judaico cristã, podemos citar os seguintes efeitos maléficis, de acordo como Ribeiro, Lobato e Liberato (2012, p. 14):

- a) banalização da vida humana, sobretudo no que se refere ao desrespeito ao outro, na condição de indivíduos ou grupos socioculturais;
- b) aceleração do ritmo de vida;
- c) demanda cada vez maior de recursos energéticos não renováveis
- d) perda de biodiversidade a partir da destruição de ecossistemas;
- e) mudanças climáticas, no que tange à diminuição da concentração de ozônio na estratosfera e o fenômeno do aquecimento global dada a excessiva emissão de gases estufas na atmosfera;
- f) aumento cada vez maior do emprego de aditivos químicos nos alimentos;
- e) aumento considerável resíduos sólidos urbanos e também do lixo radioativo.

2.2 - O sujeito pós-moderno da sociedade líquida: ausência do vínculo com o natural e a era da violência neuronal

Ao longo processo histórico, com o passar do tempo, as transformações da relação sujeito-natureza nos faz chegar hoje numa visão de natureza, onde ela sempre é tida como vasta demais, e uma vez que essa sociedade capitalista se volta para a natureza para obter um controle sobre ela, supondo a natureza como mecânica e envolvendo sua dominação racional e a apropriação pelo homem, como afirma Bedim (2008, p. 10):

No curso do tempo, o espaço socialmente produzido é resultado do trabalho humano a transformar a natureza e a si próprio, numa contínua interação que pressupõe diversificadas formas de apropriação da natureza pelo homem no fluxo do devir, imprimindo aos recursos naturais formas e conteúdos úteis à

sua reprodução social. Neste processo, o homem antropomorfiza a sua natureza externa (ambiente) e, por conseguinte, transforma a sua própria natureza interna.

A partir da análise do autor, onde ele mostra como a reprodução social transforma também nossa natureza interna, adentramos em um debate amplo os impactos para a saúde mental do sujeito pós moderno advindos dessa conjuntura que envolve a dominação racional da natureza, assim como sua exploração econômica de forma desenfreada e que me leva a inquietação que deu início a esse trabalho: Quais fatores levam o ser humano a buscar a natureza hoje, e como ela está orientada/lapidada pelo modo de produção da sociedade capitalista?

Para dar sustentação a esse modelo de produção, fez-se necessário moldar os costumes, gostos e os hábitos da população, o que fez com que as sociedades pós industriais produzissem novas necessidades a partir de uma cultura de mercado que elas mesmas constroem se aliando as empresas de prestação de serviços que também influenciam o pensamento do homem moderno, em especial aos meios de comunicação de massa, como jornais, televisão, internet e rádio criando interconexões nos modelos de produção; “A associação entre esse modelo de produção em série, adotado pelas indústrias, e as empresas de prestação de serviços caracterizam uma nova sociedade: a sociedade de consumo” (KUPSTAS, 1997, p. 99).

A sociedade do consumo é marcada então pelo pensamento onde o ter é mais importante do que o ser, onde capitalismo e consumo são indissociáveis e uma vez que as relações do capital remetem as relações entre os donos do meio de produção e as classes que representam o trabalho, ela faz com que trabalhador venda sua força de trabalho de acordo com o valor de troca que ela vale, para que seja possível compreender como nossas relações sociais estão permeadas pela lógica capitalista, faz-se necessário compreender como é essa relação da força de trabalho com o valor de sua troca, Netto considera que:

[...]A força de trabalho possui uma qualidade única, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** - ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização(uso)- e este último é maior que o primeiro.** O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso[...] (PAULO NETTO,2008, p.100, **grifos do autor**)

Para refletir sobre a sociedade do consumo, é necessário que consigamos compreender a partir dessa dinâmica socioprodutiva inserida nos moldes do capitalismo, para partir do real e do concreto, buscando estabelecer categorias de análise mais elaboradas que deem conta da hierarquia produtiva, das relações de poder e de vários outros elementos que nos ajudam a descrever e entender o que está por trás das aparências dessa sociedade consumista enxergando como o fenômeno da coisificação permeia as dinâmicas sociais em qualquer lugar onde o capitalismo impera. Segundo Netto (2008, p. 93), “é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada pelo molde de produção capitalista”. Para o autor (idem) essa alienação e explorações dessa sociedade que destroçam o inconsciente humano, fazendo-o sempre ir em busca da mercadoria:

A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens. Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente dos homens sobre a produção (lei do valor), na medida em que o **movimento das mercadorias** se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, criada pelos homens, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a criatura(mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o criador(homens) (NETTO, 2008, p. 92, **grifo do autor**)

Desde crianças, somos submetidos à “dependência das compras”, somos estimulados a um estilo de vida que nos coloca um filtro de visão e passamos a enxergar nosso mundo através da nossa relação com a mercadoria que leva essa sociedade a ser caracterizada por profundas crises socioambientais e econômicas. Para Bauman (2008, p. 22) “Numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas”. O autor discorre sobre a conversão das pessoas em produtos; afirmando que “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria [...]” (idem, p. 20).

Nossa relação de dependência com as mercadorias nos levam para uma falta de consciência que na maioria das vezes não conseguimos nem ter percepção deste ato de compra incessante, uma vez que as necessidades de mercado são criadas e estimuladas no coletivo configurando diversas formas de controle de uma classe dominante para classe que precisa ser explorada, dessa forma somos incitados a comprar a roupa nova, o celular do ano, entre outros produtos para não sermos excluídos do rol de consumidores e parâmetros construídos por essas mesmas

sociedades pós industriais fazendo com que o consumidor seja elevado à condição de mercadoria vendáveis como afirma Bauman, ao analisar o poema *Eu, etiqueta*:

Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro, minha gravata e cinto e escova e pente, meu copo, minha xícara, minha toalha de banho e sabonete, meu isso, meu aquilo, desde a cabeça ao bico dos sapatos, são mensagens, letras falantes, gritos visuais, ordens de uso, abuso, reincidência, costume, hábito, premência, indispensabilidade, e fazem de mim homem anúncio itinerante, escravo da matéria anunciada. (DRUMMOND, 1987, p. 47)

As pessoas não percebem como são dadas as formas de controle da classe dominante para que toda essa base do consumo seja fomentada, fazendo com que as pessoas façam comparações constantemente uma com as outras de acordo com o que elas consumem, que por sua vez também são consumidas ao buscarem sempre uma “adaptação” na sociedade de consumo, deixam de lado seus desejos e passam a buscar o que está na moda, para satisfazer esse modelo baseado em compras.

Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo em que geral latente e quase nunca consciente. (BAUMAN, 2008, p. 76)

Como o autor afirma, os processos que ocorrem na mente do consumidor geralmente não é um processo consciente, o que nos leva a percepção de que através de diversos mecanismos e instrumentos são impostos ideologias para sustentar tal processo consumista, sendo o individualismo sua principal característica, fruto das relações existentes no mercado de trabalho, onde o seres sociais disputam um espaço. “Para tanto, fazem o máximo possível e usam os melhores recursos que têm à disposição para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão vendendo. E os produtos que são encorajadas a colocar no mercado, promover e vender são elas mesmas” (BAUMAN, 2008, p.13).

Uma vez que as pessoas estão sempre em busca de melhorar seus valores de mercado, elas acabam deixando seus desejos e vontades que não se alinham com essa busca de lado, ou seja, tudo que a pessoa queira estudar/vivenciar que fuja desta lógica ou que não esteja alinhada com as suas convicções para disputar o espaço social, são deixadas de lado, o que causa também uma fragmentação no seu pensar advindo do desenvolvimento da ciência técnica, que por sua vez, é também um

aparelho para fomento do sistema consumista, pois desde René Descartes(1596-1650), o primeiro grande representante do Racionalismo e fundador do método cartesiano, que fundamenta o pensamento moderno.

E assim como Oliveira (2011) já vemos essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto, e dessa forma, essa filosofia cartesiana “vê a natureza como um recurso”. Tal filosofia contribui cada vez mais para que a natureza fosse concebida como um objeto a ser possuído e dominado, uma vez que ela é subdividida em várias ciências como biologia, física, química, e o homem em economia, antropologia, história, etc. Dessa forma a separação do homem-natureza não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da “realidade objetiva” que o homem mesmo construiu. E a fragmentação desse método cartesiano está diretamente ligada também, com a divisão social e técnica do trabalho que contribui para essa dicotomização do fazer e o do pensar da sociedade capitalista industrial.

A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e, ...tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo... (GONÇALVES, 1998, p. 35).

A sociedade contemporânea é marcada pelo paradoxo do trabalho e a relação do homem-natureza, pois os homens se relacionam com ela para transformá-la em produtos, e o trabalho nada mais é que o processo de reprodução dessa mercadoria fazendo com que o trabalhador seja totalmente distanciado do ritmo da natureza e passe a acompanhar apenas o ritmo proposto pelo capital.

A lógica capitalista de exploração da natureza é tida então como força maior que movimenta toda a sociedade contemporânea, fazendo que cada setor da sociedade trabalhe aos interesses do lucro, e mediadas pelo poder do estado, como diz Althusser (1992, p. 15), quando observa que “(...) o Estado seria instrumento de dominação de uma classe, e não lugar de contradição e de luta de classe”, e uma vez que essa lógica capitalista impera na sociedade, esse por sua vez, tem um papel chave na acumulação do capital, usando seus poderes para formar arranjos institucionais capitalistas, sendo agente fundamental da classe dominante e da dinâmica do capitalismo global, conforme Althusser (1992, p. 74) defende:

(...) a unidade do Aparelho (repressivo) do Estado está assegurada por sua organização centralizada, unificada sob a direção dos representantes das classes no poder, executantes da política da luta de classes das classes no poder – a unidade entre os diferentes Aparelhos ideológicos do Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante.

Dessa forma, a partir do pensamento de Althusser, que mostra como todos os aparelhos ideológicos de Estado, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, e exploração capitalistas que através da ideologia, sequestram a subjetividade do trabalhador, estudante através do aparelho cultural, fazendo-os se ver perante ao mundo através da visão consumista, e controlando os indivíduos nessa lógica primeiramente pelo aparelho escolar, como ainda defende o autor:

(...) por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado nº1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família. (ALTHUSSER, 1992. p. 78)

Assim, é possível compreender o sistema de educação tradicional ocidental, baseados na fragmentação do saber e que trata a temática ambiental dentro de uma perspectiva unidisciplinar pelas áreas de conhecimento das ciências naturais e exatas, onde fica clara a convicção imposta de que sujeito e objeto estão separados. Como afirma Neiman e Mendinça (2008, p. 27):

A escola, igualmente fragmentada em disciplinas, reproduz essa forma de entender o mundo e se transforma na instituição responsável pela divulgação e perpetuação dos conhecimentos acumulados pelas ciências ocidentais, cuja epistemologia nunca é questionada. Em todos os segmentos escolares, em todas as aulas e atividades pedagógicas, prezam-se os conteúdos conceituais, sem os quais, segundo essa visão, seria impossível entender a realidade.

Com base nesses autores, fica evidente como a massificação do ensino provocada pelo reducionismo que prevalece no ocidente, formou e forma gerações e mais gerações incapazes de lidar com a realidade complexa que lhes é apresentada, o que por conseguinte gera a alienação perante os malefícios que estamos causando, da devastação da natureza à destruição do ser humano. O mundo não é mais integrado, fazendo com que ele não se enxergue como parte da natureza, uma vez que as áreas do saber são fragmentadas, fomentando esse mundo dividido que dá

uma falsa impressão de que cada área do saber é independente e não se relacionam.

Somos escravos de um olhar reducionista, que relega muitas vezes à natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia, matéria-prima e belas paisagens. Dilapidamos o patrimônio natural sem a percepção de que somos parte do planeta, de que o meio ambiente começa no meio da gente, a partir da nossa constituição física, e de que a água, o ar, o solo e a luz solar são elementos fundamentais à manutenção da vida. (...) É preciso comunicar esse saber, traduzi-lo sem o peso do jargão ecológico-científico, torná-lo inteligível ao maior número possível de pessoas, a fim de que uma nova cultura se manifeste na direção da sustentabilidade. De que vale o saber se não sabemos comunicá-lo?" (MENDONÇA, 2005, p. 9-10)

O paradoxo apresentado pelo presente trabalho entre a relação do trabalho e a relação homem-natureza, é apresentada também pelo filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han em seu livro "Sociedade do cansaço", onde ele mostra como o capital e os aparelhos dessa lógica tomam novas formas para manter sua finalidade exploratória e sem fim que destroem a vida humana no planeta. O autor relata como as pessoas cobram-se cada vez mais para apresentarem melhores resultados, fazendo com que elas mesmas, se tornem vigilantes de si e carrascas, de suas ações o que acarreta em uma das suas principais consequências, onde é possível ver um aumento significativo de doenças como depressão, transtornos de personalidade, síndromes como hiperatividade advindas do que o autor chama de sociedade do desempenho.

"A sociedade de hoje é uma sociedade de academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI é uma sociedade de desempenho" (HAN, ano, p. 22) onde as atividades do ser humano ficam apenas no nível do trabalho, fazendo com que o homem moderno não só distancie do meio ambiente externo, como de sua própria natureza interna, fazendo com que o esse sujeito seja prisioneiro de si mesmo:

A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não são sociedades livres. Elas geram novas coerções. A dialética do senhor e escravo está, não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer. Leva, ao contrário, a uma sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos. Com isso, a exploração é possível mesmo sem senhorio. (HAN, B. C.,2007, p. 22)

Será que o homem moderno está buscando o espaço natural para fugir dessa lógica auto imposta? Será que conseguiremos desenvolver uma forma de vida mais

sustentável em equilíbrio com o meio ambiente e conseguir lidar com as grandes tragédias ambientais - escassez de recursos hídricos, aquecimento global, desertificação do solo, crescimento geométrico de lixo etc, ou apenas esgotaremos nossas matérias primas aniquilando nosso meio ambiente para atender os interesses do capital? Será que através da educação, conseguiremos nos conduzir ao próprio processo de libertação dessa realidade opressiva?

CAPÍTULO 3 - A PROTEÇÃO DIANTE DA DEGRADAÇÃO: QUESTÃO HISTÓRICA CONCEITUAL ACERCA DA CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

As áreas protegidas vêm sendo desenvolvidas, construídas ou constituídas ao longo das civilizações e o nascimento do conceito de unidades de conservação moderna é marcada pela criação do parque nacional de Yellowstone, em março de 1872, o que permitiu a criação de diversas outras áreas, e uma conscientização maior de que era mais do que necessário criar formas de se proteger o meio ambiente da desenfreada exploração dos recursos. Essa data foi considerada um marco na história das áreas protegidas, e as justificativas para criação das áreas protegidas sofreram variação de acordo com diferentes visões sobre a natureza e a importância da sua proteção.

No Brasil, o parque nacional do Itatiaia foi o primeiro a ser criado em 1937 servindo como marco para que as pessoas pensassem sobre a exploração predatória do território. No entanto, a implementação efetiva dessa política de criação das áreas protegidas tiveram um lento avanço, atingindo só na década de 1980 um pico de cobertura e inclusão de novas áreas.

Na literatura brasileira sobre as áreas protegidas existem referências críticas a essas políticas para criação dos parques, pois inicialmente teriam sido “importadas” do modelo norte-americano de parques nacionais, bem como ao conjunto de valores que o sustenta, que seria estranho à realidade nacional (DIEGUES,1993). Por outro lado, há correntes e autores que defendem as áreas protegidas, sobretudo as de estrita preservação da natureza, como a principal e mais eficaz estratégia para a conservação da biodiversidade (PÁDUA E DOUROJEANNI, 2001; MILANO, 2002). Um trecho do livro “Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil” realizado pelo

Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (NUPAUB) traz importantes reflexões acerca do debate do modelo de criação das áreas protegidas:

Para os defensores do modelo norte-americano de parques sem habitantes, as razões de tal crise estão, em geral, ligadas à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, etc... Para os que defendem outros modelos de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado, não se aplica ao contexto dos países tropicais do sul. (DIEGUES, 1999, p.4)

A criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 é o marco principal das ações modernas de delimitação de áreas protegidas, tendo sido replicado em diversos outros países. Com a replicação deste modelo, vieram também uma visão da relação entre sociedade e natureza e um conjunto de conceitos científicos que passaram a nortear a escolha da área, o tipo de unidade de conservação e o próprio manejo e gestão.

Ao longo do século XIX, por influência do transcendentalismo romântico, começou a emergir entre alguns artistas e intelectuais norte-americanos, uma valorização e apreciação estética das paisagens naturais, fazendo com que buscassem no mundo selvagem (*wilderness*) a “salvação da humanidade”. O divino passou a ser reconhecido nessa natureza selvagem fazendo com que as pessoas tivessem outro olhar para estas áreas.

George Catlin (1796- 1872) e Henry David Thoreau (1817-1862), se destacaram como defensores da criação dessas áreas. Seus ensaios, ao longo da década de 1850, propunham a criação de áreas públicas cobertas por “florestas primitivas”, que deveriam ser consideradas sagradas. Segundo eles, a principal justificativa para a criação dessas áreas foi o caráter inspirador que o contato com o ambiente natural tem para a sanidade da vida do homem civilizado. Entretanto, o fundamento moral para as suas preocupações com a natureza estava na atribuição de um valor intrínseco a ela, transcendental. Mesmo que as justificativas iniciais para criação dos primeiros parques foram de caráter estritamente utilitarista, o valor intrínseco da natureza selvagem afirmou-se como um dos princípios orientadores para a gestão dessas áreas (NASH, 2014 *apud* FRANCO et al. 2015, p.237)

A partir do século XIX, a natureza ao começar a ser reconhecida como recurso cultural e moral, também passou a ser vista como fundamental para a autoestima nacional norte-americana, ainda que para uma pequena minoria de indivíduos

urbanos. Algumas pessoas e movimentos foram cruciais para impulsionar a criação das áreas protegidas, e dentre as principais motivações pode se afirmar que neste mesmo século, cresciam nos EUA dois tipos de movimentos para se atribuir valor e importância a natureza que acabou por embasar estratégias diferentes de proteção à natureza e por cindir em dois grupos os indivíduos com ela preocupados: Preservacionistas e Conservacionistas (FRANCO, et. al., 2015)

O primeiro grupo, os preservacionistas, inspirados por valores românticos, pela apreciação estética da natureza e pela sacralidade de paisagens selvagens, defendiam a proteção da natureza pela criação de áreas nas quais não fosse permitido nenhum uso humano diferente da simples visita temporária tendo como uma de suas principais lideranças John Muir (1838-1914) que seguiu as tradições e influências de Catlin e Thoreau (MCCORMICK, 1992; WORSTER, 2008; NASH, 2014 apud FRANCO, et. al., 2015). A corrente preservacionista aponta o homem como o causador da quebra desse “equilíbrio”, por isso propunha a criação de santuários, intocáveis, sem sofrer interferências relativas aos avanços do progresso, atitudes como “tocar”, “explorar”, “consumir” e muitas vezes, até “pesquisar” são alguns exemplos de atitudes que ferem os princípios dessa vertente.

O segundo grupo, os conservacionistas, apresentava Gifford Pinchot (1865-1946) como uma de suas principais lideranças e essa corrente tinha como valores fundamentais o uso direto, mas racional, democrático e eficiente da natureza.

A partir da análise destas correntes, percebe-se que a base da proteção e criação das áreas protegidas firmou-se em cima da concepção preservacionista obedecendo então, uma visão antropocêntrica uma vez que beneficiava as populações urbanas e valorizava as motivações estéticas, religiosas e culturais dos habitantes da cidade. Para Diegues (1996), esse modo de preservação é inadequado e injustamente seletivo ao privilegiar áreas naturais apelativas apenas do ponto de vista estético, segundo os valores ocidentais, discriminando áreas naturais menos “nobres”, como pântanos, brejos, etc. Para o autor, essa corrente preservacionista recria a dicotomia entre sociedade e natureza ao ver nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços de natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial fazendo com que qualquer intervenção humana na natureza seja vista de forma negativa, incluindo as ações das comunidades milenares que já habitavam essas áreas.

Assim, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos), e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio. (ARRUDA,1999,p.84)

Pode-se observar nessa base ideológica, o quanto favoreceu a questão da “(des)conexão” da sociedade com a natureza, sobretudo a transposição deste modelo para os países em desenvolvimento, trouxe um impacto incalculável para o etnoconhecimento das populações tradicionais que habitavam e habitam as florestas. Para Diegues (1999), essa visão de áreas protegidas é inadequada e está aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; expansão urbana; entre outros.

3.1 Áreas protegidas no Brasil

No contexto brasileiro, ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, o romantismo como movimento cultural, não chegou a organizar grandes mobilizações tendo sido destacados os intelectuais racionalistas, influenciados pela herança do Iluminismo que defendiam a natureza por uma crítica imprevidente do patrimônio natural brasileiro, não pelo valor estético mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso (FRANCO et. al.,2015).

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi um dos precursores na preocupação com a natureza no Brasil e sua visão era diferente da dos romancistas, ele combatia o corte das florestas, pois tinha estudado os efeitos do desmatamento sobre a fertilidade dos solos em Portugal (DIEGUES, 1999). André Rebouças (1838-1898) também foi outro importante personagem no que tange o início da trajetória da criação de parques nacionais no Brasil, pois em 1876 ele propôs a criação de parques em Sete Quedas e na Ilha do Bananal com a justificativa da potencialidade do desenvolvimento do turismo, atividade econômica bastante recente, que aparecia como motivação principal (PÁDUA,2002 apud FRANCO et. al.,2015).

Ao se tratar dos avanços pontuais das ações de conservação ambiental, destaca-se, a recuperação da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, que haviam sido devastadas pela produção de carvão e plantio de café que punham em risco o abastecimento da água. Com isso, já em 1817, foram proibidos desmatamentos adicionais e foram plantadas sistematicamente dezenas de milhares de mudas.

Algumas concepções contemporâneas de áreas protegidas, indicam que a Floresta da Tijuca pode ser considerada o primeiro caso de criação e manejo de uma área protegida no Brasil. Posteriormente, em 1961, a área foi oficialmente transformada no Parque Nacional do Tijuca (DEAN,1996; PÁDUA,2002; FRANCO,2000 apud FRANCO et. al.,2015)

É válido considerar que, ainda no período colonial, muitas foram as personalidades que se engajaram na criação de áreas protegidas no país, dois exemplos emblemáticos dessa prática em terras brasileiras são o “Regimento do Pau-Brasil” editado em 1605 e Carta Régia de 13 de março de 1797 (CARVALHO,1967; MIRANDA,2004 apud MEDEIROS, 2005)

No estado de São Paulo, já na virada do século XIX para o século XX, por influência da geração de técnicos e cientistas preocupados com a proteção da natureza, foram criadas a primeira reserva florestal estadual de São Paulo, na Serra da Cantareira, em 1896, a estação biológica do Alto da Serra, em Cubatão e a reserva estadual de Itatiaia no Rio, mais tarde transformada no primeiro parque nacional do Brasil.

Contudo, o ano que marca o início de um novo período é o de 1934 com a realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza demonstrando um grau de mobilização social e institucional gerado pelo tema naquele momento . No curto espaço de tempo entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam suporte necessário para efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foi estabelecida na ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, tendo como fator preponderante a construção de um novo projeto político para o país, que buscava a modernização e maior inserção internacional (MEDEIROS,2006). Diversos códigos legais, como o primeiro Código Florestal, o primeiro Código das Águas e o Código de Caça e Pesca foram promulgados entre 1933 e 1934. O Código Florestal foi fundamental para a história das áreas protegidas no Brasil (Decreto 23.793 de 23 Janeiro de 1934), definindo que as florestas nativas seriam consideradas de interesse comum a todos os habitantes do país, e por isso, sobre ele deveriam existir uma regulamentação acerca dos direitos de propriedade. As florestas foram classificadas em quatro tipos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As diferentes categorias de florestas e as finalidades atribuídas a elas mostram a visão integrada a natureza, tanto do ponto de vista estético, quanto científico e utilitarista (DEAN, 1996; DRUMMOND, 1999; FRANCO & DRUMMOND, 2009; FRANCO et.

al.,2015).A Constituição de 1934 outorgava à natureza um novo valor, isto é, ela passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado. (MEDEIROS,2006). Sobre a definição de cada categoria de florestas:

Eram do tipo **protetoras** as florestas que tivessem finalidade de conservar os regimes das águas, evitar a erosão, fixar dunas, assegurar a salubridade pública, proteger sítios, asilar espécimes da fauna, ou proteger, do ponto de vista militar, as fronteiras. Florestas **remanescentes** eram aquelas declaradas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a criação de parques, inclusive pequenos bosques de gozo público e reservas de proteção biológica ou estética. As florestas **modelo** e de **rendimento** eram aquelas que poderiam ser submetidas a manejo de recursos naturais, visando o extrativismo de madeira. Nelas figuravam as Florestas Nacionais. (MEDEIROS, 2006, p. 50, grifos do autor)

Com o Código Florestal,e a formalização do primeiro Parque Nacional do Itatiaia, foram criadas as condições necessárias para formalização de dois novos Parques dois anos mais tarde, em 1939: O Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. A expansão do número de parques nacionais foi bastante lenta, e apenas em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso.

Em setembro de 1944, pelo Decreto n 16.677, atribui-se à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais, como também foram estabelecidos os objetivos dos Parques: conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição, assim como promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais. (DIEGUES, 1996)

Após a criação do primeiro código florestal no Brasil em 1934, inicia-se uma tradição brasileira de criação de espaços protegidos seguindo a lógica da categorização em função dos objetivos e finalidades da área e dessa forma institui-se no país até o início dos anos 90, um sistema de criação de áreas protegidas complexo e desarticulado, cuja consequência mais perversa era a sua precária gestão, com enorme desperdício de recursos e oportunidades (MEDEIROS et al., 2004). Essa situação fez com que se iniciasse no país, desde a década de 70, uma reflexão sobre a necessidade de criação de um sistema mais integrado para criação e o gerenciamento dessas áreas o que só se efetivou nos anos 2000 com a aprovação da Lei 9.985/2000 de 18 de Julho, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), dividida em dois grupos: a) Unidades de Proteção

Integral e b) Unidades de Uso Sustentável, que por sua vez se subdividem em outras 12 categorias conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Categorias de unidades de conservação

<p>Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:</p> <p>I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.</p> <p>Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:</p> <p>I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.</p>

Fonte: (BRASIL(b), 2015).

Quanto ao conceito de unidades de conservação, entende-se:

Unidades de conservação (UCs), são espaços territoriais e seus componentes, abrangem as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação podem ser de uso indireto quando não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais e de uso direto quando envolvem o uso comercial ou não dos recursos naturais, como definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000)

Esse instrumento do sistema nacional de Unidades de Conservação busca “[...] assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, conforme preconiza a Constituição de 1988” (BRASIL, 2004a, p.8) e dentre seus objetivos estão previstas contribuições no sentido: Da manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; da proteção das espécies ameaçadas de extinção; da preservação e restauração dos ecossistemas naturais; da promoção do desenvolvimento sustentável; da utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza; da proteção das paisagens

naturais de grande beleza cênica, de características relevantes (geológicas, geomorfológicas, espeleológicas, arqueológicas, paleontológicas e culturais) e dos recursos hídricos e edáficos; da recuperação ou restauração dos ecossistemas degradados; das atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; da valorização econômica e social da diversidade biológica; da promoção da educação e da interpretação ambiental, da recreação e do turismo ecológico, e da proteção dos recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais.

Por meio desse dispositivo legal do SNUC, as UC devem dispor de dois instrumentos principais de gestão: um *plano de manejo* - com as regras de uso da área e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas para que ela atinja os seus objetivos de criação - e um conselho gestor - constituído por representantes de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e das populações, relacionadas com a área presidido pela instituição responsável pela UC (BRASIL, 2000 E 2002 apud FERNANDES-PINTO,2017). Dessa forma, esse instrumento serve também para ditar sobre as diretrizes para utilização pública das UCs nas quais a visitação é permitida.

A questão do turismo em unidades de conservação perpassa por uma ampla discussão sobre as diferentes formas de apropriação e acesso aos parques e demais áreas protegidas. As atividades que são realizadas em contato com a natureza dentro dessas áreas protegidas podem ser contempladas pelo termo “uso público”, que caracteriza o aproveitamento de áreas protegidas pelo público em geral, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005)

Desde a constituição federal de 1988, já era perceptível o olhar de uso público para as áreas protegidas, uma vez que em seu capítulo VI que é destinado ao meio ambiente, diz sobre esses espaços serem de uso comum do povo, como exposto no art. 225:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para presentes e futuras gerações”, especificamente os incisos I, II, III e VII determinam ao poder público:

“I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade...”.(Brasil, constituição de 1988)

O termo do uso público, ao se referir aos bens de uso comum incluindo as instâncias estatais de administração responsáveis pelo manejo e proteção das áreas, mostra-se como um importante instrumento de gestão, fazendo com que esse processo seja complexo ao existir diferentes tipos de uso e atores envolvidos. Para (VALLEJO, 2015) é possível identificar três grupos de atores diretamente envolvidos no “uso público” das áreas protegidas: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços.

O papel dos gestores ou da equipe gestora, remete ao controle territorial tendo como referência a elaboração de Planos de Manejo com informações sobre: características da área (físicas, biológicas e socioeconômicas), atrativos, possibilidades e restrições de uso, infraestrutura administrativa e operacional, plano de fiscalização e monitoramento, orientação e segurança dos visitantes, gestão financeira e parcerias. Neste sentido, observa-se a necessidade de uma equipe gestora com competências para administrar os diferentes problemas/conflitos que os usos possam gerar (VALLEJO,2015).

Quanto ao grupo dos visitantes, compreende os atores mais diversificados e são vistos como "consumidores" dos atrativos, sendo que este consumo pode envolver diferentes motivações; Hendee et. al. (1990, apud VALLEJO, 2015) classifica esses usos em cinco classes: recreativo, comercial, científico, educacional e desenvolvimento pessoal conforme mostrado no quadro III:

Quadro 3: Classes de usos em áreas naturais protegidas

Uso Público	Descrição
Recreativo	Quando os visitantes praticam a recreação (esportes, diversão e cultura) durante o tempo livre (lazer).
Comercial	Exploração realizada através de empresas e guias de turismo e ecoturismo, meios de hospedagem, alimentação e venda de produtos.
Científico	Pesquisadores em trabalhos de investigação científica em diversos campos do conhecimento (ciências da natureza, geociências, ciências sociais).
Educacional	Programas e atividades de educação e interpretação ambiental, viagens acadêmicas, treinamentos (sobrevivência, montanhismo, etc).
Desenvolvimento pessoal	Programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. Incluem-se nesta classe as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

Fonte: Hendee et. al.(1990) apud VALLEJO, 2015

O terceiro grupo abrange a prestação de serviços, sendo aqueles que promovem e ou/ atuam na exploração do turismo através de agências, guias, meios de hospedagem, alimentação e comércio de produtos. E essa prestação de serviços acontece no interior de parques públicos por meio de concessões em o que poder público disponibiliza instalações para esta finalidade (VALLEJO, 2015)

A prestação de serviços pode acontecer de várias formas, não sendo uma exclusividade por concessões. Ela pode ocorrer através de iniciativas empresariais, pessoais e/ou via organização comunitária. Vale ressaltar que inúmeros outros atores também vêm prestando serviços às áreas protegidas, como as organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e movimentos voluntários independentes que também vem crescendo muito nos últimos anos.

A propagação dos programas de Uso Público em áreas protegidas, pode trazer inúmeros benefícios diretos e indiretos como indicado na figura 4, que refletem uma das maneiras mais importantes para fortalecer e corrigir a relação entre as sociedades e os sistemas naturais dos quais dependem. É inegável que o contato dos visitantes com as áreas preservadas pode ajudar de muitas formas, tendo como um dos principais motivos a fuga do lugar comum (espaços urbanos), e a vontade de se realizar atividades físicas, ar puro, silêncio, contemplação e o relaxamento mental, que além de trazerem benefícios para saúde mental das pessoas também promovem a valorização dos espaços e o eventual engajamento nos movimentos sociais de preservação (VALLEJO,2015). Se os programas de uso público forem bem planejados e executados, podem auxiliar na resolução de conflitos locais do território, e envolver

os visitantes em atividades de recreação, educação e interpretação ambiental por meio das ações que poderão colaborar na compreensão e apreciação dos bens naturais e culturais das áreas visitadas, estimulando a mudança de comportamento das pessoas, bem como a reorientação de hábitos, atitudes e valores (VASCONCELLOS, 1997, p. 16).

Figura 4: Síntese dos possíveis benefícios do uso público em áreas protegidas.



Fonte: VALLEJO, 2015

Para Martinez et. al., as áreas protegidas podem ser consideradas como salas de aulas fomentando um importante espaço pedagógico:

o bem-estar provocado pela beleza, pela qualidade e pela integridade dos elementos que compõem a natureza conservada, cria condições propícias para o processo de aprendizagem. Em outras palavras, trata-se de um espaço pedagógico com elementos que facilitam atividades educativas, criando condições positivas de predisposição ao aprendizado. Áreas naturais podem ser consideradas como salas de aula especiais, repletas de recursos didáticos, com recursos tridimensionais coloridos, recursos diversificados de plantas, animais, paisagens, solos, pedras, recursos hídricos que nos permitem estabelecer a ligação que existe entre os elementos de suporte à vida na Terra(2015, p. 39)

Por meio do turismo em áreas protegidas, a sociedade tem a chance de se reaproximar da natureza e de conhecer sobre a história do local visitado, assim como tomar consciência acerca do risco que corremos enquanto espécie, além de viabilizar a chance de experienciar atividades que podem trazer uma sensação de (re)conexão com a natureza. Através de um quadro explicativo simulando a união de peças de

quebra cabeça, SILVA-MELO; MELO; GUEDES (2020) exemplificam diversas práticas capazes de estimular essa (re)conexão.

Figura 5: Práticas que reconectam pessoas à natureza.



Fonte: Silva-Melo, Melo e Guedes (2020).

Dentre essas práticas, pode se observar desde caminhadas, trilhas, trekkings, rapel até atividades de pesquisa científica, eventos culturais, saraus e gincanas compondo uma grande variedade de práticas que tem a possibilidade de aproximar as pessoas da natureza.

3.2 - Turismo em áreas naturais protegidas e o covid 19

A partir da pandemia do novo coronavírus, as estruturas da sociedade contemporânea foram extremamente impactadas, revolucionando a maneira como nos relacionamos. O trabalhador que antes tinha que se deslocar até o seu local de trabalho, agora passa a fazer da sua casa esse local, o que gera inúmeros desafios como estabelecimento de metas e ações de motivação, conseguir conciliar os trabalhos domésticos com o de sua organização, conseguir separar os horários de trabalho com o horário do convívio familiar, entre muitas outras questões que acabaram emergindo com este novo formato. Para Losekann e Mourão (2020, p.73), o trabalho pode amplificar o poder patronal, pois:

Ao afastar o olhar do empregador da observação do cumprimento da jornada mínima de seus subordinados (controle de frequência), o teletrabalho pode amplificar

ar o poder patronal, que não mais é restrito ao registro do tempo de presença do corpo em determinado ambiente, mas transforma em ambiente laboral qualquer espaço que esse corpo possa ocupar. Podemos dizer que, antes, o trabalho era tradicionalmente possuidor de uma localização geográfica. Agora temos uma espécie de trabalho em nuvem, na qual o sujeito deve registrar continuamente provas de seu esforço.

Dessa forma, o trabalho passou a ocupar e dividir espaço com outras atividades, invadindo espaços que antes eram assegurados como os momentos dedicados ao ócio, ao convívio familiar, ao descanso e à reabilitação física e mental.

Desde que foi declarada oficialmente uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a sociedade se viu obrigada a tomar decisões drásticas de contenção, além de criar medidas provisórias para flexibilizar as leis trabalhistas e tributárias. Segundo uma matéria publicada na Uol: "Análises sobre o cotidiano em isolamento têm pipocado desde as primeiras semanas de quarentena. Todos os aspectos da vida humana acabaram sendo alterados de alguma maneira, do modo como nos relacionamos, ao que comemos, como trabalhamos e estudamos" (EZABELLA,2020), mostrando claramente como todos os aspectos da vida humana foram afetados. No campo do trabalho, uma das medidas que mais mudou a rotina dos trabalhadores foi a adoção do home office, para mitigar os riscos das pessoas se contaminarem. Em situações de epidemia, o número de pessoas psicologicamente afetadas costuma ser maior que o de pessoas acometidas pela infecção sendo estimado que um terço a metade da população possa apresentar consequências psicológicas e psiquiátricas caso não recebam cuidados adequados (CEPEDES 2020a; ORNELL et al., 2020 *apud* LIMA,2020).

Uma vez que a situação de calamidade pública se instaurou, também se desencadeou uma preocupação desenfreada em consequência da COVID-19, fazendo com que a maioria das pessoas ficassem mais suscetíveis a passarem por problemas mentais. O medo da pandemia reforça o estado de ansiedade como fonte da ameaça ao bem-estar coletivo e individual (FUREDI, 2013), e, na atualidade, a paranoia e o pânico (HO; CHEE; HO, 2020)

Fica claro o quanto a situação de crise imposta pelo vírus, assim como a nova reconfiguração do trabalho colocou e põe em risco a saúde mental das pessoas fazendo com que a partir daí surjam novos questionamentos, como a falta de conexão com os ambientes naturais.

A pandemia de Covid-19 infelizmente interrompeu as atividades de uso público e educação ambiental nas Áreas Protegidas, fazendo com que os parques e atrativos fossem fechados mediante a necessidade de isolamento social.

As ações de controle da pandemia provocaram necessidades de bloqueios sanitários em todos os países do mundo fazendo com o que o setor de Turismo fosse um dos setores mais impactados. No Brasil, segundo estimativas produzidas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020, p. 11):

As perdas econômicas do setor, em comparação ao PIB do setor em 2019, serão significativas. Considerando os volumes de produção [de 2019] o PIB do setor será de R\$ 165,5 bilhões em 2020 (redução de 38,9% em relação à 2019) e R\$ 259,4 bilhões em 2021 (próximo de retomar o patamar de 2019, porém ainda 4,2% inferior). Dessa forma, a perda total do setor turístico brasileiro será de R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021 (que representa perda de 21,5% na produção total do período)

A multisetorialidade do turismo faz com que os impactos no setor repercutam em todo trade turístico no que tange meios de hospedagem, bares e restaurantes, transportes, agências e os trabalhadores do setor, entre outros (FGV,2020).

Ao analisar a pandemia, Harvey (2020) ressalta que as modificações causadas ao meio ambiente pelo capital não configuram um desastre natural. O autor afirma que “as circunstâncias nas quais uma mutação [dos vírus] se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas” (HARVEY, 2020, p. 15) e seus impactos são resultantes das “fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico” (HARVEY, 2020, p. 16). Dessa forma, fica evidente o quanto a crise que estamos vivenciando está diretamente associada à forma como a sociedade se relaciona com a natureza, representando o quanto a pandemia é apenas um sintoma dessa desconexão. Para Zizek (2020 p.44) a crise pandêmica é “um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical” indicando a necessidade de revisão do crescimento capitalista.

A partir dessa conjuntura pandêmica, a releitura do papel e importância do uso público em unidades de conservação faz-se urgente e, uma vez que a tendência é que as pessoas procurem cada vez mais os espaços naturais, é necessário a implementação de políticas públicas na promoção de atividades turísticas que garantam segurança sanitária dos visitantes.

CAPÍTULO 4. ENTRE AS REGIÕES DO VALE DO RIBEIRA E ALTO PARANAPANEMA: PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA(PETAR)

4.1 Criação e histórico do PETAR

Antes de ser criado, a área onde está localizada o PETAR já despertava admiração dos naturalistas e exploradores que passavam pela região, que através dos diversos textos relataram sobre suas impressões sobre o relevo cárstico, a mata densa preservada e as famigeradas cavernas, como o naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao relatar as primeiras descrições sobre as cavernas paulistas, em seu documento produzido em 1805, com o título “Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo”, onde ele descreve o vale do Ribeira e até tece comentários sobre a atual caverna casa de pedra:

[...] Continuei a minha digressão pelo Ribeirão Iporanga acima até chegar à gruta estalactítica denominada Lapa de Santo Antonio, que fica à direita no Ribeirão do Sumidouro [...] enfim aqui tudo é majestoso, tudo é grande; aqui se vê de quantos esforços é capaz a criadora Natureza [...] (ANDRADA, 1977 *apud* FIGUEIREDO,2000: 167)

Muitos são os relatos acerca das belezas naturais do Alto Ribeira, e diversos trabalhos científicos buscam compilar as informações, como é o caso de Figueiredo (2000) que relata detalhadamente em sua tese de mestrado, como foi o processo de surgimento do PETAR. Neste trabalho, o autor opta por mostrar como já em 1805 houve esse deslumbre pelas cavernas, e também para ele o início das preocupações com o turismo, o que era totalmente inovador para época, reflexão provocada através das descrições relatadas pelo ilustre mineralogista Andrada:

Quantas maravilhas roubadas às ávidas vistas dos admiradores de gosto, ou os pincéis dos Migueis Angelos e Vandicks se o Brasil já mais culto e povoado, fosse mais suscetível de viajar-se! [...] (ANDRADA, 1977 *apud* FIGUEIREDO, 2000, p.167)

Da mesma forma, ficando ainda mais evidente quando o geólogo norte-americano John Casper Branner cita um trecho demonstrando sua admiração as cavernas, quando veio para o Brasil, enviado para a Comissão Geológica do Império, a partir de 1875 onde realizou diversos estudos sobre geologia e registrou o seguinte trecho em seu livro “Geologia Elementar”, de 1906:

No sul do estado de S. Paulo existem cavernas notáveis na bacia do rio Ribeira de Iguape, especialmente na do rio Bethary ao norte do rio Iporanga. É uma região montanhosa e muito elevada que faz parte da grande Serra do Mar. As rochas são calcareas paleozoicas, *crystallinas*, dobradas e falhadas, e muitos dos cursos d'água são subterrâneos [...] Essas cavernas são quasi todas forradas de estalactitos e estalagmitos [sic] de uma beleza extraordinária. Talvez não haja no mundo cavernas mais bonitas de que as desta região do Brasil.(BRANNER, 1977 apud FIGUEIREDO, 2000, p.267-268)

Desde o início do processo de criação do PETAR, já ficava claro através dos relatos dos naturalistas, a possibilidade de utilizar as cavernas e o atrativos da região com finalidade turística. Como é perceptível no relato de 1938 do explorador Edmund Krug, um dos grandes divulgadores das belezas e potencialidades do Alto Ribeira:

“Além de tudo isso, que foi escripto sobre Yporanga, esse lugar é digno de uma visita demorada, recomendando-o ao *Touring Club*, que com a maxima facilidade poderá alcançal-o [sic], utilizando-se do auto-omnibus que segue rumo para Curityba, passando por Apiay [...] e só a travessia do trecho montanhoso entre esses dois lugares, não só vale a pena, como é, também, recommendavel ao turista brasileiro, pois as sessenta grutas calcareas conhecidas e exploradas, [...] não só são interessantes como instructivas: ellas deveriam attrahir, forçosamente, para esse pittoresco lugar, grande quantidade de interessados em estudos espeleologicos.” (KRUG, 1939 apud FIGUEIREDO, 2000, p. 268-269)

Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, dois geólogos que trabalharam em estudos mineralógicos (chumbo e prata) no fim da década de 20, propuseram em 1940 a proposta a criação de um Parque Nacional abrangendo as cavernas do Alto Ribeira , no livro intitulado “Geologia do Brasil” (OLIVEIRA; LEONARDOS, 1978 apud FIGUEIREDO, 2000). Neste mesmo período estavam sendo estabelecidas as normas do primeiro Código Florestal da União, aprovado pelo Decreto Federal nº 23.793 (23/01/1934) e os primeiros Parques Nacionais no Brasil estavam sendo criados, sendo o primeiro, o de Itatiaia, criado em 1937 e posteriormente em 1939, o Parque Nacional de Nova Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio Grande de do Sul.

O biólogo Crodowaldo Pavan, em 1944, defendeu sua tese de doutorado sobre a evolução dos peixes cegos as cavernas de Iporanga, marcado por sua tese ter sido o primeiro trabalho de doutoramento sobre as cavernas do Vale do Ribeira. Em 1946, foi proposto novamente a criação de um Parque Florestal no Alto Ribeira, pelo engenheiro de Minas, José Epitácio Passos Guimarães, que tinha ido morar na sede do Instituto Geográfico e Geológico (IGG), localizado no morro do Chumbo (atual

região de Caboclos), em Iporanga. Como o pesquisador visitava as grutas do entorno, ele despertou muito interesse pelas cavernas, o que o levou a propor a criação do Parque, durante a apresentação de um trabalho sobre metalogênese para o Congresso Panamericano de Geologia e Engenharia de Minas, realizado em Petrolis – RJ.(JOSÉ EPITÁCIO, 73, depoimento, 11 jan. 1992 apud FIGUEIREDO, 200, p. 270)

Uma série de reportagens favoráveis à criação de um Parque na região do Alto Ribeira e publicadas, pelo jornal “A gazeta” principalmente, fora decisivo para a implantação do Parque do Alto Ribeira e dessa forma em 1958 foi assinado o decreto (decreto nº. 32.283, de 19 de maio de 1958) pelo então governador de São Paulo, Jânio Quadros, marcando o início do PEAR, Parque Estadual do Alto Ribeira.

Desde os primeiros relatos acerca da região do Vale do Ribeira já se percebia o seu potencial turístico, e a partir do seu decreto de criação, a imprensa que já tinha tido um papel fundamental no processo de oficialização do decreto, traziam à opinião pública a importância das Cavernas do Alto Ribeira, assim como ressaltavam em suas publicações, a importância de se ter um planejamento turístico:

Não bastará, para que o Parque do Alto Ribeira adquira sentido turístico, que a estrada interna se apresente em bom-estado. Será imperioso: a) o estabelecimento de vários roteiros, abrangendo setores de caça, pesca, e das grutas, cavernas e rios subterrâneos; b) abertura de outros roteiros, inclusive apenas de penetração nas matas; c) instalação, em vários lugares, de fogões rústicos que permitam a realização de churrascos de peixe; d) captação conveniente das inúmeras nascentes fornecedoras de água potável; e) nos lugares que se indiquem, fixação de cabanas de aluguel; f) iluminação das grutas e outros melhoramentos que se fazem necessários; g) instalação de um hotel confortável. (FOLHA DA MANHÃ, 1957 apud FIGUEIREDO, 2000, p.273)

A assinatura do decreto de criação do Parque teve uma repercussão convincente, com a publicação de inúmeras matérias que afirmava que seria constituído “O Centro Turístico mais importante de São Paulo”(GAZETA, 20 de maio de 1958).

O jornal folha da amanhã, também fizera algumas publicações, dentre elas apontando a possibilidade do Parque se tornar o maior centro turístico do interior do estado:

[...] o Parque Estadual do Alto Ribeira poderá tornar-se o maior centro turístico do interior do Estado, pois não lhe faltam possibilidades para tanto. Numa afirmativa um pouco mais arrojada, mas cuja concretização dependerá apenas da atividade e do interesse oficiais nesse sentido, pode-se dizer que o referido parque ocupará posição ímpar dentre os pontos de evocação turística do país.(FOLHA DA MANHÃ, 5 jun. 1958 apud FIGUEIREDO 200, p.

276)

Passado dois anos do decreto de criação do PEAR, em 1960, o Parque finalmente ganha o seu “T” mediante a Lei nº 5.973 (de 28/11/1960), tornando-se “PETAR”, ou seja, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, nome que perdura até hoje.

Nessa primeira fase de criação e consolidação do Parque, houveram inúmeros conflitos devido a falta de alternativas de geração de renda para a população local, dessa forma enquanto o discurso turístico ganhava força, as populações locais começavam (literalmente) a perder espaço (FIGUEIREDO, 2000).

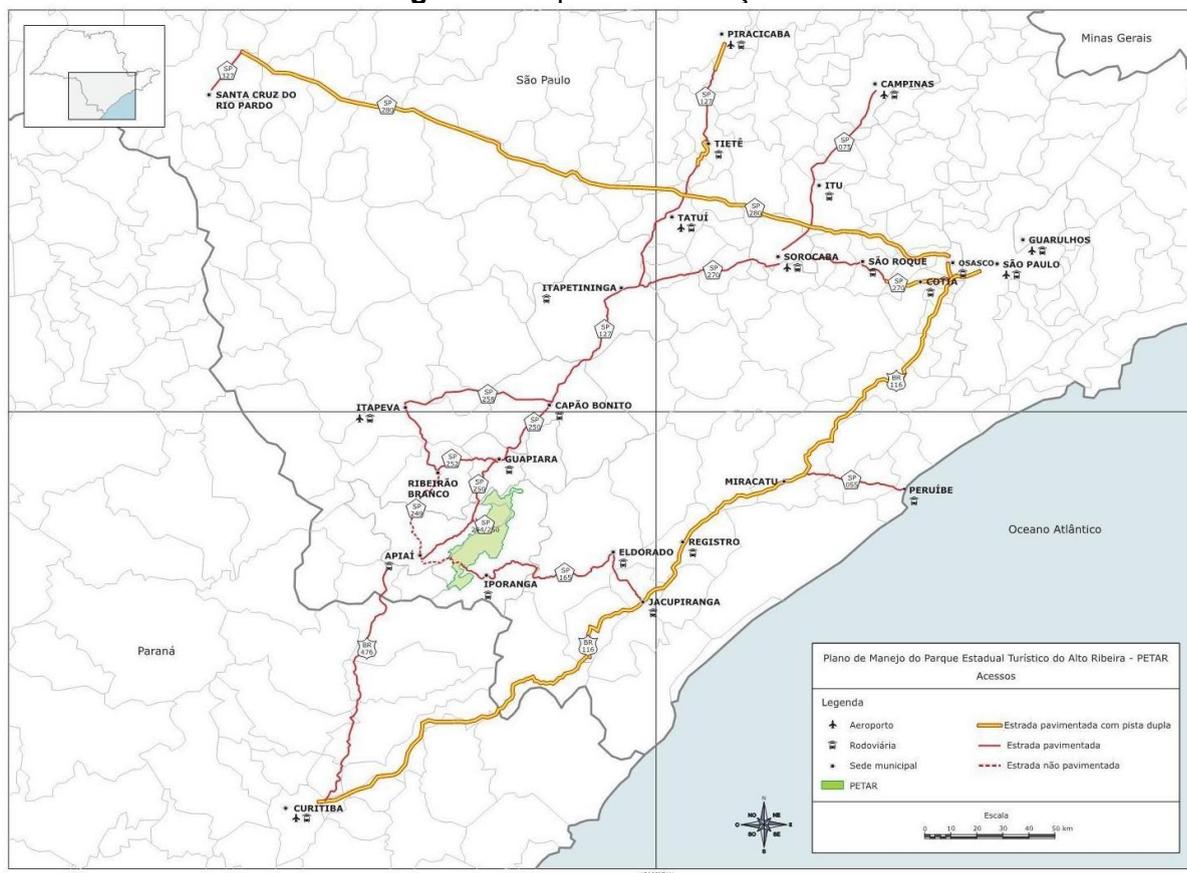
Pedro Castelo Branco Silveira, em sua tese de dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), trata sobre os conflitos sociais que emergiram a partir da criação do Parque Estadual Turístico. Ele aborda o histórico dos conflitos e questões etnográficas dos moradores, delineando-se a forma de interação destes com outros atores sociais da região, como gestores, poder público municipal, turistas, pesquisadores, espeleólogos e organizações não governamentais. Silveira (2001), divide o processo de criação e implantação do PETAR em três momentos:

1. Primeiro momento: O Estado descobre o Paraíso das Cavernas
2. Segundo momento: O Parque Estadual Turístico de Papel
3. Terceiro momento: democracia polícia, ditadura ambiental

4.2. Localização e Acesso

Segundo a ficha técnica do plano de manejo do parque (2018), ele possui 35.772,5 hectares (ha), e localiza-se no sul do Estado de São Paulo, no Vale do Ribeira abrangendo parte dos municípios de Iporanga e Apiaí, limita-se com os municípios de Guapiara (norte e nordeste) e Itaóca (sudeste), além de ter continuidade territorial com o Parque Estadual Intervales.

Figura 6: Mapa de localização do PETAR.



Fonte: Plano de Manejo do Parque (SÃO PAULO, 2018)

O parque situa-se a 330 km de São Paulo e 196 km de Curitiba e partindo de São Paulo, seus acessos principais são através das Rodovias SP-280 (passando por Apiaí) ou BR-116 (Régis Bittencourt), passando por Jacupiranga e Iporanga, podendo ser acessado também pela Castelo Branco (SP-180) e Raposo Tavares (SP-270). Ao chegar na região do Parque, faz-se o trajeto não pavimentado entre Iporanga e Apiaí, através da SP-165; que leva aos núcleos Santana e Ouro Grosso, próximos ao bairro da Serra. O mapa da figura 2 demonstra sua localização.

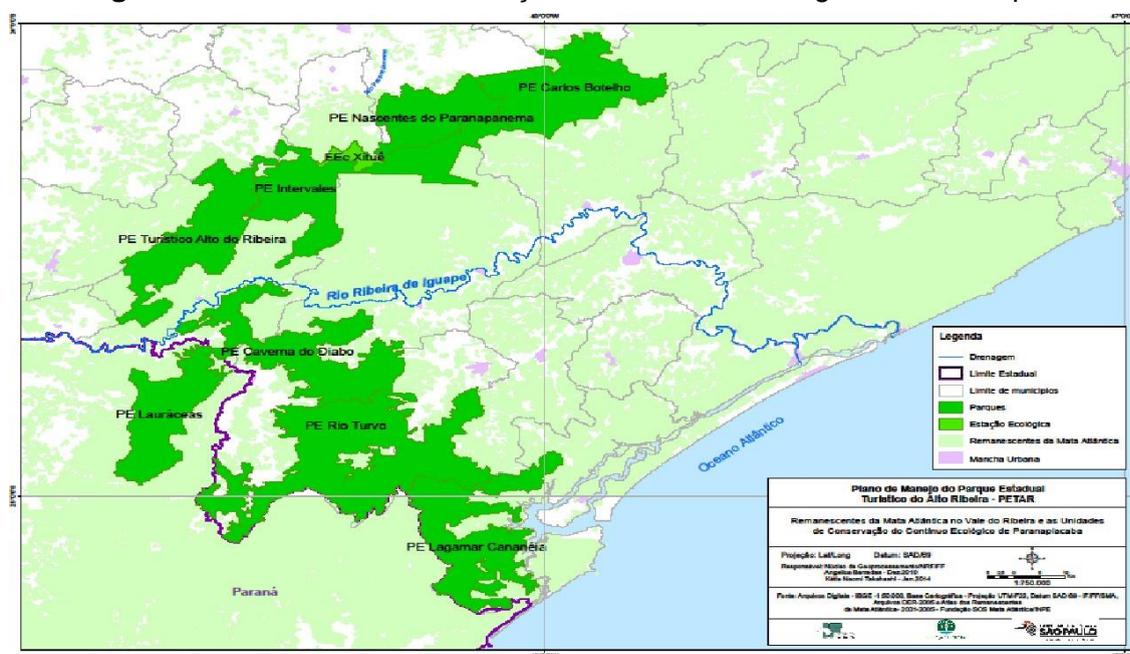
4.2.1 - Caracterização da Paisagem

A área em que o PETAR está inserida, é composta predominantemente pela Floresta Ombrófila Densa, que é uma das fisionomias do bioma Mata Atlântica, sendo uma das mais importantes florestas tropicais do mundo, reconhecida pela UNESCO, em 1991, como Reserva da Biosfera e como Patrimônio da Humanidade em 1999

(COSTA, 1997). A estimativa é que haja 7% de sua cobertura original, concentrando no estado de São Paulo a parcela mais preservada dos remanescentes, sobretudo no Vale do Ribeira que compõe a maior área contínua de um ecossistema do Brasil, onde está localizado o PETAR (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014). Ao longo do Vale do Ribeira, encontram-se um dos mais importantes conjunto do Estado de São Paulo de comunidades remanescentes de quilombos, comunidades, caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais.

Neste conjunto de áreas preservadas que compõem o Vale do Ribeira, são encontradas não apenas florestas, mas importantes comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades caiçaras, imigrantes e uma biodiversidade em plena preservação. Esse remanescente é formado junto com outros parques paulistas de destaque, que compõem o Contínuo Ecológico de Paranapiacaba (figura 7), sendo eles: Parque Estadual Intervales e Carlos Botelho, a Estação Ecológica de Xitué, a Área e Proteção Ambiental da Serra do Mar.

Figura 7: Unidades de Conservação do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba



. Fonte: Instituto Ekos, 2010

A região em que o Parque está inserida compõe uma área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) na condição de zona núcleo, instituição que foi responsável por inúmeras atividades não só no PETAR, como em todo o Vale do Ribeira, como descrito no caderno virtual nº5 da RBMA (ROCHA;COSTA,1998) que apresenta uma síntese dos trabalhos desenvolvidos em São Paulo e aponta as ações

prioritárias no Estado e conseqüentemente no Vale do Ribeira como: a agenda ambiental, de ecoturismo e o programa de educação ambiental no Vale. Considerando a grande extensão do território da RBMA, a implantação é feita através de ações regionais, selecionando essas “áreas piloto” para o desenvolvimento de projetos-modelo, de forma a demonstrar na prática os conceitos e funções da reserva da biosfera. No Estado de São Paulo, foram delimitadas quatro áreas piloto e dentre elas, se encontra a região do Alto Ribeira onde o PETAR se situa.

A área apresenta as maiores oportunidades de desenvolvimento sustentado associado à conservação de recursos naturais por deter um patrimônio natural de valor inestimável abrigando o maior conjunto de Mata Atlântica do Estado com alto nível de conservação, assim como possui a maior concentração de cavernas do Brasil, além de comunidades tradicionais, sítios arqueológicos, paleontológicos, dentre outros (idem).

Ações como a Implantação do parque, são frutos do trabalho realizado pela RBMA fazendo com que o Parque seja um modelo para ecoturismo em Mata Atlântica e proteção ao patrimônio espeleológico. A reserva também é responsável pela implantação de infraestrutura de apoio aos programas de proteção, administração, pesquisa e visitação pública em cavernas assim como estimula o envolvimento da população local através de cursos de capacitação de monitores de ecoturismo e outras iniciativas voltadas à geração de emprego e renda (idem), iniciativas estas, que compõe o objeto de estudo da temática deste trabalho

O Parque dispõe de atrativos singulares, a exemplo e sem se esgotar, a Casa de Pedra - maior pórtico de entrada de caverna do mundo (215 m de altura) (Figuras 8 e 9), possuindo uma rica biodiversidade, que conta com uma fauna especializada como o bagre cego e importantes depósitos fossilíferos, além de cachoeiras, mirantes belíssimos e as mais de 300 cavernas (SÃO PAULO, 2018).

Figura 8 e 9: à esquerda a Casa de Pedra, PETAR; e à direita, Piscina natural do Núcleo Santana.



Fotos: Clayton Lino (sd).

No PETAR, foram registradas 319 espécies de avifauna, 23 de médios e grandes mamíferos, 91 de pequenos mamíferos, 65 de anfíbios e 32 de répteis (INSTITUTO EKOS, 2010) e seu relevo é montanhoso, predominando os relevos cársticos, formados em rochas metacalcárias, caracterizados pela drenagem subterrânea e feições peculiares, como as dolinas, sumidouros, paredões e cavernas. A altitude máxima que o Parque atinge é de 1.150 metros e altitude mínima de 80 metros.

De acordo com o Plano de Manejo do PETAR (São Paulo, 2018), na região sul da unidade de conservação existem comunidades tradicionais remanescentes de quilombo, situadas em locais de acesso difícil denominado como Bairro Bombas. No entorno do Parque há mais de 700 famílias de caboclos distribuídas em dois núcleos isolados (NUPAUB, 1995).

A sede administrativa é o escritório do Parque e fica localizada fora de seus limites, no perímetro urbano da cidade de Apiaí, já no interior do Parque, as áreas estruturadas e que recebem visita são chamadas de Núcleos, havendo quatro no PETAR: Santana, Ouro Grosso, Caboclos e Casa de Pedra sendo caracterizadas da seguinte forma:

- Núcleo Santana: localizado a 24 km de Apiaí e 17 km de Iporanga, é o local onde se concentra o maior número de visitantes do Parque, abrigando uma das cavernas mais famosas e importantes do país, que lhe empresta o nome: Caverna de Santana. Trata-se de um Núcleo bem estruturado, incluindo novas estruturas implantadas em 2009: Centro de Interpretação Ambiental (com lanchonete, loja, áreas de exposição e auditório) e mirante, o que melhorou as condições de atendimento aos visitantes, mas aumentou as exigências de cuidados e manutenção.
- Núcleo Caboclos: localizado a 45 km de Apiaí e 87 km de Iporanga, o Núcleo Caboclos foi o primeiro a ser implantado no PETAR e já era administrado pelo Instituto Geológico antes da decretação do Parque. Possui grande potencial para o ecoturismo e pesquisa, sendo o único local do parque que possui área para camping.

- Núcleo Ouro Grosso: localizado a 28 km de Apiaí e 13 km de Iporanga, o Núcleo Ouro Grosso centraliza os eventos, as reuniões técnicas e as reuniões do Conselho Consultivo. Abriga duas das cavernas mais visitadas do Parque: Ouro Grosso e Alambari de Baixo. É o único local no interior do PETAR com estrutura para hospedagem de grandes grupos de visitantes, comportando 50 pessoas em dois alojamentos (masculino e feminino).
- Núcleo Casa de Pedra: localizado a 10 km de Iporanga e 52 km de Apiaí, o Núcleo Casa de Pedra abriga uma caverna especial, pelo seu valor histórico, estético, ambiental e paisagístico: a Caverna Casa de Pedra. Sua entrada, denominada de “portal”, chega quase aos 300 m de altura. O Núcleo não conta com estrutura além de uma casa de madeira; a função principal é a de fiscalização, mas os visitantes são recepcionados e registrados ao passarem, a caminho do portal da Casa de Pedra. (SÃO PAULO, 2018, p.28)

O PETAR tem mais de 400 cavidades catalogadas no Parque e arredores, registradas pela SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia, compondo uma das áreas de maior concentração de de cavernas calcárias do Brasil. (INSTITUTO EKOS,2010).

No núcleo Santana o Parque conta com 5 cavernas, 3 cachoeiras, 2 mirantes, 2 piscinas naturais, inúmeras trilhas, boia-cross e áreas para observação de biodiversidade; no Núcleo Ouro Grosso são 2 cavernas, 1 piscina natural, espaço cultural e espaço de lazer; no Núcleo Caboclos é o Núcleo com maior concentração de cavernas, contando com 11 cavernas, 2 cachoeiras, 3 mirantes, roteiros de ciclismo, trilhas longas e áreas propícias para a observação de Biodiversidade e no Núcleo da Casa de Pedra, contém 1 piscina natural, inúmeras trilhas e o maior pórtico de caverna do mundo.

4.3 Uso público e turismo no PETAR

Lino (1976) em “Vale do Ribeira: alternativa do Turismo”, já enxergava o potencial turístico da região do Alto Ribeira, e apontava o uso público como a principal estratégia, frente aos problemas da região na época. O autor descreveu os potenciais para a atividade turística, discutindo os roteiros possíveis e analisando as alternativas para o uso da paisagem natural e do patrimônio histórico para o turismo (FIGUEIREDO, 2000), entretanto reforçava a necessidade de um bom planejamento turístico, caso contrário, o fluxo turístico poderia colocar em risco a cultura local:

O turismo pode ser bom para uma área quando bem planejado, bem executado e sob constante controle e fiscalização. Não sendo atendidas quaisquer destas premissas ele normalmente passa a ser um dos elementos mais perniciosos para a cultura local e mais depredadores para a área e seu patrimônio natural. Dentro das premissas citadas ele pode ser importante

fator de desenvolvimento econômico e social dinamizando entre outros o setor comercial, hoteleiro e gastronômico, o setor de transporte de serviços. Pode igualmente, pela divulgação e pela força econômica, viabilizar programas amplos de preservação do patrimônio natural e cultural de uma área. (LINO, 1978, p. 59 apud FIGUEIREDO, 2000)

Ele reforçava que o planejamento turístico não devia ter no turista o “principal destinatário de uma ação preservacionista” e deveria ser capaz de romper privilégios e tornar se numa “forma democrática de reapropriação do bem cultural”.

Como já destacado no tópico sobre a criação do parque, a implantação e gestão do PETAR foi extensa e complexa. Sendo assim, o processo de elaboração de seu Plano de Manejo também foi um processo longo e demorado passando por diversas tentativas de desenho e busca de recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento e planejamento estratégico do parque, como mostra a linha histórica de elaboração segundo o plano de manejo (SÃO PAULO, 2018):

1991 - “Projeto PETAR”- conjunto de documentos que registra as ações de planejamento desenvolvidas nos diversos programas de implantação do PETAR e planeja ações futuras
 1999 - estudos com o intuito de subsidiar a elaboração do futuro Plano de Manejo, ainda no final da década de 90².
 1999 - “Documentos Básicos para o Plano de Manejo - 1999” que, além de organizar os materiais disponíveis, serviu como base para o processo de reconhecimento do Parque pela UNESCO, como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.
 2005 - elaboração da primeira versão de Termos de Referência para contratação de Plano de Manejo, com recursos de compensação ambiental da duplicação da BR 116, que não se consolidou
 2009-2010 - processo de elaboração do Plano de Manejo, com recursos de compensação ambiental
 2010 - entrega do Plano de Manejo ao Consema
 2011 - apresentação do Plano de Manejo ao Consema, com a indicação de readequação da proposta de zona de amortecimento
 2013 - 2015 - atualização do Plano de Manejo, com ênfase à discussão da delimitação, setorização e normatização da zona de amortecimento, tendo como base a Resolução SMA 33/2013.
 2015 - Entrega de versão atualizada ao CONSEMA
 2016 – Processo de avaliação do Plano de Manejo pela Comissão de Biodiversidade (CTBio) do CONSEMA. Os ajustes indicados concentraram-se nas normativas da zona de amortecimento.
 2017 e 2018 – Processo de discussão e elaboração de Resolução SMA para aprovação do Plano de Manejo
 2018 – Publicação da Resolução SMA nº57 de 17 de maio de 2018, que aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR (p.17)

Em relação à organização das ações de planejamento e rotina diária a gestão do PETAR está organizada nos seguintes temas: gestão organizacional e infraestrutura, uso público, proteção dos recursos naturais e proteção patrimonial imobiliária, pesquisa científica e interação socioambiental. Sendo o programa de Uso

Público o que congrega mais atividades devido a demanda turística que é bastante alta e que influencia diretamente toda economia local.

O Parque ao ser caracterizado como uma unidade de conservação de proteção integral de subcategoria Estadual, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Dessa forma, o desenvolvimento do turismo não é apenas uma possibilidade, mas seguramente é a atividade que mais contribui para a compatibilização entre conservação e desenvolvimento.

O histórico de visitação do Parque é longo, tendo passado por inúmeros processos até consolidar de fato, seu programa de uso público. Inicialmente, as atividades de uso público se deram pelo núcleo Caboclos, ainda no final dos anos 1950 (SÃO PAULO, 2018) e só em meados dos anos 1990, ele se consolidou como um dos principais destinos ecoturísticos do Brasil.

Em relação a gestão da visitação, pode se afirmar que nos últimos anos a administração do Parque conseguiu alcançar importantes resultados a partir da participação ativa de diversas instituições, em especial de seu Conselho Consultivo que foi implementado em 15 de maio de 2008 pela Portaria Normativa FF/DE nº 053/2008, estabelecendo a composição, o estatuto e o regimento do Conselho.

O Programa de Uso Público do Parque está diretamente ligado ao Programa de Gestão Organizacional, pois é a partir da gestão organizacional que é elencada as prioridades de gestão, gerenciamento dos recursos humanos, físicos e financeiros, assim como a coordenação das ações para os demais programas com foco no objetivo primeiro da UC: conservação da natureza.

Cada um dos Programas de Gestão do PETAR foi abordado em suas prioridades, como está demonstrando no desenvolvimento de suas diretrizes e linhas de ação, sendo a grande prioridade do Programa de Uso Público o aparelhamento do Parque e instituições parceiras para que as atividades do programa possam ocorrer com qualidade, segurança e significado para os usuários trazendo benefícios para os moradores da região.

O Programa de Uso Público do parque é dividido em seis diretrizes, contendo as linhas de ação e os devidos indicadores como é possível ver no quadro abaixo:

Quadro 4: Síntese das diretrizes e linhas de ação do Programa de Uso Público.

Programa de Uso Público

Objetivos					
<ul style="list-style-type: none"> •Aperfeiçoar a qualidade da visitação no PETAR •Estimular o apoio à conservação da natureza •Promover oportunidades para a geração de renda Local 					
Indicadores					
<ul style="list-style-type: none"> •Diretrizes definidas e publicadas •Visitação controlada, sem passeios não autorizados •Atrativos estruturados •Melhoria na qualidade dos serviços ofertados 					
Diretrizes					
Diretriz 1 - Implantação do Plano de Uso Público	Diretriz 2- Organização da visitação	Diretriz 3 - Ampliação das oportunidades de uso público	Diretriz 4 - Aperfeiçoamento da infraestrutura e serviços de apoio à visitação	Diretriz 5 - Melhoria na gestão da comunicação	Diretriz 6 - Fortalecimento da rede de monitores

Fonte: Plano de Manejo do Parque (SÃO PAULO, 2018, p. 45 – 47)

O programa de uso público do Parque tem como objetivos o aperfeiçoamento da qualidade de visitação, o estímulo à conservação da natureza e a promoção de oportunidades para geração de renda local, e como indicadores, o Parque delimitará diretrizes bem definidas e publicadas, a visitação controlada, sem passeios não autorizados melhorando seus protocolos de atendimento aos visitantes, buscando uma melhor gestão e manejo de visitação a fim de que se possam monitorar os possíveis impactos negativos sobre os ecossistemas que se pretende proteger, além de estruturar da melhor forma os atrativos e as qualidades dos serviços oferecidos.

4.4 O turismo no PETAR

O PETAR, ao ter atrativos únicos que favorecem a imersão do visitante na natureza, oferece subsídios que auxiliam na transformação do olhar do visitante ao espaço visitado. Através da educação, a percepção e o lúdico ao serem utilizados, possibilitam a expansão da consciência conservacionista, através do envolvimento afetivo das pessoas com a natureza e as culturas locais (NEIMAN; RABINOVICI, 2008).

Os referidos autores ressaltam que a retirada do cidadão de seu cotidiano, pode ser uma ótima estratégia para que o visitante repense seu próprio modo de vida,

reelaborando seus valores e conceitos, podendo realizar atividades que envolvem o Turismo de Natureza, que “de maneira geral (...) são associados a valores conservacionistas, relação com a comunidade local e relação direta com espaços naturais protegidos” (MARTINS; SILVA, 2019, p. 497). De acordo com McKercher (2002), incluem, dentre outros, o ecoturismo e o espeleoturismo.

Por ecoturismo, segundo o Ministério do Turismo (2008, p. 16) entende-se:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Segundo FREDERICO; BRUHNS (2012), a prática do ecoturismo tem-se revelado como uma força de novas possibilidades através da experiência. No entanto, a atividade deve estar alinhada com os princípios éticos de preservação e com o plano de uso público da unidade e seu consequente plano de manejo.

No que tange ao “cidadão” e as comunidades locais” citadas acima, os autores Lindberg e Hawkins (2002, p. 234) acreditam que se deve “considerar os moradores locais como protagonistas no planejamento turístico e usar o processo de planejamento e as atividades ecoturísticas como instrumentos que deem a eles condições efetivas de controlar melhor a própria vida”.

Quanto ao espeleoturismo, para Lobo, Bogianni e Perinotto (2009, p. 37) “é um segmento da atividade turística de grande expressão internacional”. Para os autores, no PETAR havia uma intenção no plano de manejo espeleológico que visaria minimizar conflitos e oportunidades, com um turismo mais ordenado. O espeleoturismo é tido como a 7ª modalidade do segmento turístico mais praticada em parques e segundo MTUR (2005, p. 15) essa atividade tem várias ramificações:

- Espeleoturismo contemplativo – as formas inusitadas, como os cones, torres e dolinas do relevo de superfície, os rios de águas cristalinas, as cachoeiras que, por vezes, mudam de tamanho e forma em função das tufas calcárias, os espeleotemas nas cavernas, os contrastes entre as cores das rochas, os vestígios paleontológicos e as pinturas rupestres são alguns dos elementos que despertam a curiosidade dos espeleoturistas;
- Espeleoturismo educacional – as possibilidades de aprendizado nas áreas cársticas são inúmeras, se iniciando nos trabalhos de educação ambiental com crianças e até mesmo com adultos e culminando nas aulas de campo de diversas carreiras universitárias e disciplinas, como a geologia, a geomorfologia, a climatologia, a biologia, a ecologia, as ciências sociais, a turismologia e as engenharias ambientais, entre muitas outras;
- Espeleoturismo de aventura – talvez a faceta mais presente na visitação de cavernas, dado se tratar, na maioria dos casos, de um ambiente espacialmente confinado e sem luz, adverso para os hábitos cotidianos das sociedades urbanas. As possibilidades são inúmeras, como as travessias de sistemas subterrâneos complexos, as atividades de espeleovertical, o mergulho em cavernas e, em alguns casos mais incomuns, até mesmo o salto

de base jump e de bungee jump em abismos, como já é feito em algumas cavidades naturais no México e nos Estados Unidos. O ponto forte, nesses casos, é a interatividade com o meio e a participação efetiva até mesmo no planejamento das atividades;

- Espeleoturismo místico/religioso – presente em diversas regiões no mundo, como nas centenas de templos em cavernas na Tailândia, Índia, China e Malásia. No Brasil, a vertente mais fortalecida é o espeleoturismo religioso católico, com as igrejas e altares construídos em cavernas. As mais conhecidas ficam nos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás. O exemplo clássico é o Santuário de Bom Jesus, construído na lapa da Igreja, em Bom Jesus da Lapa-BA. Segundo Lino (2001), a caverna é visitada por romeiros desde o ano de 1.690 (LOBO *et al.*, 2007).

As atividades de espeleoturismo demonstraram contribuir significativamente para uma educação ambiental que estimule a criação de laço afetivo:

Nas atividades dirigidas de contato com a natureza (sendo o espeleoturismo uma das possibilidades de promovê-las), os marcos afetivos, gerados pelo contato sensorial e emocional com as cavernas e outros elementos naturais, introduzem uma grande diferença do ponto de vista motivacional contribuindo para a transformação de valores e atitudes na direção pró-ambiental. A Educação ambiental através do espeleoturismo pode contribuir significativamente para transformação de valores e atitudes individuais, desde que seja conduzida de modo profissional e os agentes eliciados dos comportamentos pró-ambiente possam estar presentes (NEIMAN; RABINOVICI, 2008, p. 64).

Assim, o PETAR conta com inúmeros atrativos, trilhas de curta e média duração com diferentes graus de dificuldade dão acesso a cavernas, cachoeiras, sítios arqueológicos (Figura 10), onde é possível se praticar o ecoturismo e o espeleoturismo.

Outro fator relevante quanto ao cenário complexo e dialético da região onde se encontra o parque é que, segundo o Plano de Manejo da UC:

(...) nestas regiões está protegido um dos mais importantes e devastados ecossistemas brasileiros - a Mata Atlântica-, estão abrigadas comunidades com evidências de tradicionalidade de grande valor sociocultural e histórico que, ao mesmo tempo, apresentam situação de extrema pobreza, com baixa dinâmica econômica resultante dos altos índices de vulnerabilidade social. (SÃO PAULO, 2018, p. 13)

Diante das limitações socioeconômicas das restrições ambientais na região do Vale do Ribeira, o turismo tem um papel crucial para o desenvolvimento, de acordo com as prioridades para conservação, pesquisa e uso público, o crescimento do turismo não é apenas uma possibilidade, mas seguramente é a atividade que mais contribui para a compatibilização entre conservação e desenvolvimento (*idem*).

Figura 10: Mapa dos atrativos do PETAR



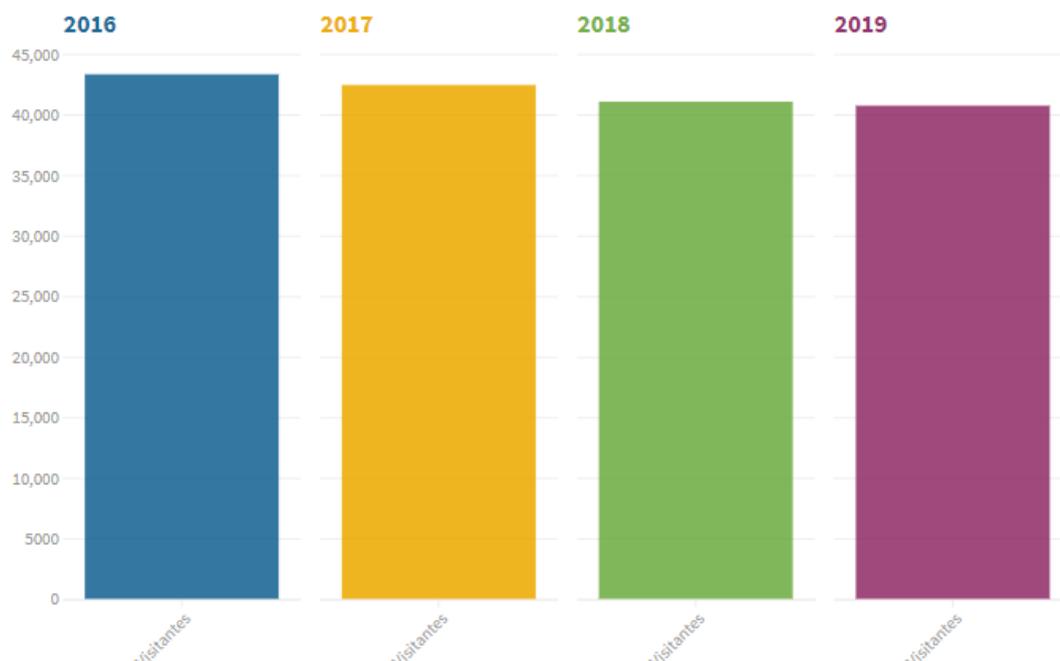
Fonte: <https://www.petarsp.com/> (acesso em 2021)

Sobre os dados de visitantes do PETAR, segundo informações disponíveis na internet e confirmada pela administração do parque no momento da entrevista, mostra que o PETAR recebeu nos últimos 4 anos, uma média de 40.000 mil visitantes por ano, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número de visitantes por ano do PETAR 2016 - 2019.**Visitantes por Ano**

PETAR

2016 a 2019



Fonte: petaronline.com.br

Com toda a conjuntura de crise ambiental que enfrentamos, é preciso repensar a maneira como a sociedade se relaciona com a natureza e as atividades propostas em UC para que estimulem uma reconexão com a natureza e que considere o visitante como um agente multiplicador e transformador da realidade que se vive e não somente como turista (URRY, 2001). Exposto isso, o alto número de visitantes que o PETAR recebeu nos últimos anos, demonstra que através da visitação, o Parque tem a chance de realizar um trabalho notável de educa o ambiental, promovendo e multiplicando os conceitos de sustentabilidade e de necessidade de conserva o ambiental. Ao analisar o gráfico acima   possível concluir que o Parque   uma importante Unidade de Conserva o para o cenário do ecoturismo, uma vez que   também, uma das áreas protegidas mais conhecidas do estado de São Paulo.

4.4.1 Funcionamento do Parque na pandemia - Protocolos adotados

No dia 11 de Março de 2020 a Organiza o Mundial da Saúde declara oficialmente uma pandemia de coronavírus, e nove dias depois, no dia 20/03/2020 com a propaga o do vírus no Brasil, muitas unidades de conserva o suspendem

suas atividades, entre elas o PETAR também anuncia oficialmente seu fechamento temporário. No anúncio oficial (figura 11), a administração do Parque ressalta a importância dos visitantes remarcarem as suas viagens agendadas, uma vez que a visita ao parque é a única fonte de renda da maioria das famílias de seu entorno.

Figura 11: Anúncio do fechamento do Parque.

URGENTE: ATIVIDADES DE VISITAÇÃO SUSPENSAS

escrito por Júnior Petar | 20 de março de 2020



Informe PETAR

As atividades de Visitação Turística no PETAR estão temporariamente suspensas devido ao período da Pandemia em que o mundo se encontra.

À todos reforçamos que é um momento de ficar em casa e que remarquem as viagens agendadas com as pousadas, campings, agências e guias locais. Será importante para a sobrevivência de todos e manter uma expectativa para futuro do turismo da região, essa que é a única fonte de renda da grande maioria das famílias.

Em breve tudo se normalizará e viajaremos muito. O PETAR estará sempre aqui, com suas cavernas de milhares de anos!

#petar #petaronline #turismosp #valedoribeira

Fonte: <https://petaronline.com.br/>

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas comunidades que moram nas cidades vizinhas que são movimentadas pelo fluxo turístico da visita ao Parque, tais como monitores ambientais, trabalhadores terceirizados de restaurantes e pousadas, fornecedores de serviços diversos que dependiam diretamente ou indiretamente não só do PETAR, mas da atividade turística das Unidades de Conservação que compõe o Vale do Ribeira.

A partir dessa conjuntura, é iniciada uma série de campanhas de arrecadação de fundos para apoio destas famílias, como campanhas de vakinha online e de

anúncios nas mídias sociais. O cenário de incertezas sobre a reabertura do parque e a flexibilização das medidas de isolamento social perduraram impactando no funcionamento do Parque, fazendo com que só fosse reaberto na data do dia 10 de outubro de 2020, e ainda assim precisando ser fechado mediante as fases de contaminação do vírus conforme quadro 5:

Quadro 5: Linha do tempo do funcionamento do PETAR na pandemia

Linha do tempo - Funcionamento do Petar na pandemia do COVID 19	
Data	Covid 19 e funcionamento do PETAR
31/12/2019	O escritório da Organização Mundial da Saúde na China é informado de casos de uma pneumonia de origem ainda misteriosa na cidade de Wuhan, província de Hubei. É o primeiro relato oficial do que viria a ser chamado de covid-19 às autoridades internacionais de saúde.
10/01/2020	É informada a primeira morte provocada pelo surto da nova doença na China. No mesmo mês, seriam anunciados os primeiros casos nos Estados Unidos e na Europa.
26/02/2020	O Ministério da Saúde confirma o primeiro caso de coronavírus no Brasil.
11/03/2020	A Organização Mundial da Saúde declara oficialmente uma pandemia de coronavírus em razão de seus "níveis alarmantes" de propagação em diferentes países. A Europa entra em modo de lockdown.
20/03/2020	Atividades de visitação são suspensas no PETAR
10/10/2020	Reabertura do Parque com protocolos de segurança
24/12/2020	Fechamento do Parque em datas que teriam pico de visitação
25/12/2020	
30/01/2021	
31/01/2021	
06/02/2021	
07/02/2021	
08/02/2021	Retorno das atividades
07/03/2021	Fechamento do Parque devido a fase vermelha de contaminação
24/04/2021	Reabertura do Parque com os devidos protocolos de segurança

. Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Para a retomada das atividades no Parque, o diretor executivo da Fundação Florestal de São Paulo fez uma reunião com o Promotor e a Juíza do Ministério Público de Eldorado e alguns protocolos adotados para devida reabertura. Segundo informações encontradas no site do petaronline, foi elaborado um material de

apresentação aos atores do parque que teve como base o Plano São Paulo de retomada da economia, planos de manejo espeleológico, as recomendações biodiversidade e covid 19 e as diretrizes para reabertura à visitação de cavernas brasileiras turísticas.

De acordo com o site de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2020), os protocolos de segurança adotados para a reabertura de parques estaduais foram os seguintes:

- Horário de funcionamento reduzido: segunda à sexta-feira, das 10h às 16h;
- Restrição de espaços fechados (academias, bibliotecas, espaços de leitura, brinquedotecas, museus, orquidários, viveiros, espaços de monitoria ambiental);
- Aferição de temperatura: pessoas em estado febril, acima de 37,8º graus, não poderão entrar no parque;
- Permitida a prática de atividades físicas ao ar livre como, corrida, caminhada, trilha e ciclismo, conforme a estrutura de cada unidade, sempre respeitando o distanciamento social de 1,5 metro entre as pessoas;
- Aumento da frequência de limpeza e desinfecção das áreas;
- Guias, faixas e cartazes para orientar os visitantes;
- Uso obrigatório de máscaras;
- Totens com álcool gel em pontos estratégicos (entradas, centros de informação, sanitários);
- Restrição para uso de bebedouros sem copos ou garrafas. Recomenda-se o uso de garrafas de água e squeezes individuais;
- Monitores ambientais abordarão os frequentadores para orientar que evitem aglomeração.

No caso do PETAR, por meio da observação participante e das informações cedidas pela gestora, muitas foram as mudanças percebidas no que tange o uso público de seus atrativos, uma vez que as cavernas são espaços fechados, também precisaram passar por uma readequação em suas diretrizes. Muitos foram os esforços para alinhar toda equipe envolvida para que os protocolos sanitários pudessem ser implantados, contando com a capacitação dos guias e monitores ambientais sobre as medidas de segurança, higiene, com ênfase nos procedimentos e instruções junto aos visitantes.

Dentre as diretrizes para o uso dos espaços, o primeiro protocolo adotado foi a proibição da venda dos ingressos na portaria do parque a fim de que se evitasse quaisquer aglomerações. Dessa forma o público que quisesse visitar o parque deveria realizar a compra do ingresso online pelo site da fundação florestal com pelo menos um dia de antecedência.

Inicialmente, apenas os núcleos Santana, Ouro Grosso e Caboclos que foram reabertos com inúmeras restrições e regras no que tange às estruturas de atendimento ao visitante, que contou com a implementação de totens com álcool em

gel, aferição de temperatura, verificação da compra e agendamento da visita ao Parque, disponibilização de materiais orientativos como os cartazes, assim como a orientação quanto aos protocolos de segurança e higiene nas dependências do Parque. Houve também, o aumento da frequência de limpeza e desinfecção das áreas que haviam circulação de pessoas.

A administração do Parque proibiu a permanência de monitores ambientais nas portarias do Núcleos, uma vez que essa era uma prática comum antes da pandemia. Os visitantes que estavam acostumados a irem pro parque sem um pré agendamento acabavam fazendo a contratação dos guias nas devidas portarias, o que possivelmente poderia gerar aglomerações e colocar em risco a saúde das pessoas.

Segundo o protocolo de reabertura do PARQUE, disponível no endereço eletrônico do Parque petaronline (2020), para o uso público dos atrativos, os protocolos que foram adotados contaram com as seguintes diretrizes:

- Respeitar o distanciamento social;
- Respeitar sistema rotativo de permanência nos atrativos;
- Utilizar máscaras de proteção e álcool gel para constante higienização;
- Realizar registro na Portaria e quiosque de agendamento;
- Ler as orientações e sinalizações nas placas, cartazes e informativos. Ao entrar e sair de uma Caverna faça a higienização das mãos com álcool em gel, sendo está uma ação obrigatória;
- Dentro das Cavernas, procurar manter a distância mínima de 1,5 metro entre as pessoas;
- Nos pontos de paradas dentro das Cavernas, não se alongar nas atividades e explicações;
- Recomenda-se que as explicações sobre as Cavernas e seus processos físicos e biológicos sejam feitas de forma a não causar demora ou aglomeração, de preferência, seja feita na parte exterior da Caverna;
- A visitaçãõ devese seguir estritamente o circuito de visitaçãõ normal;
- O visitante e o monitor devese portar máscaras sobressalentes para serem trocadas, ao longo do dia, para que seja garantido a eficiência e proteçãõ das mesmas;
- As máscaras descartáveis devese ser guardadas e descartadas em local apropriado, indicado pela Gestãõ do Parque.
- Jogar lixo no lixo e não jogar resto de alimentos fora das lixeiras;
- Não manter contato com animais;
- Não alimentar animais silvestres/nativos

A reabertura do Parque foi lenta e gradual, passando por alguns testes dos protocolos e o monitoramento das diretrizes. Alguns dos atrativos do Parque não foram reabertos devido ao tamanho do atrativo, e os que estavam autorizados a visitaçãõ, foram reabertos com uma capacidade de carga reduzida, por isso também, o Parque passou a exigir o pré agendamento, a fim de que controlasse o horário da visitaçãõ e tivesse êxito no que tange o distanciamento social e a devida segurança de todos os atores envolvidos.

CAPÍTULO 5 - “UMA GRANDE FAMÍLIA, UMA GRANDE IRMANDADE (EMPREENDEDOR LOCAL 1): ENTREVISTAS SOBRE O PETAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA: REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE OS RELATOS

A partir da consideração e valorização das falas dos protagonistas do PETAR, a saber, moradores, funcionários, visitantes e outros atores, é notado um movimento interessante para compreensão das formas como o espaço interfere, seja na construção social do sujeito quanto nas múltiplas relações, interações com o espaço natural e turístico, produção de memórias, construções afetivas e significações das mais ricas e variadas que ali são tecidas.

Nas entrevistas, é focado nas experimentações dos sujeitos com a natureza a partir das compreensões que estes atores adquiriram no contexto da pandemia de Covid-19. É possível notar nas entrevistas que as dinâmicas estruturadas na dicotomia entre natureza e cidade sofreram grandes transformações, como apresenta a reflexão de Ailton Krenak:

Penso naqueles versos do Carlos Drummond de Andrade: “Stop./ A vida parou/ ou foi o automóvel?”. Essa é uma parada para valer. O ritmo de hoje não é o da semana passada nem o do ano novo, do verão, de janeiro ou fevereiro. O mundo está agora numa suspensão. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa. (KRENAK, 2020, p.8)

A descrição de Krenak nos possibilita reforçar a compreensão de que o mundo organizado no contexto da pandemia favoreceu a construção de um novo olhar para e sobre a natureza

5.1 – “Visitar um lugar como o PETAR, acho que não é necessário apenas como forma de entretenimento, mas como forma de reconhecimento de si próprio”(Visitante 1)- Reflexões a partir dos Relatos de Visitantes

Na medida em que muitas pessoas ficaram em casa ou mesmo puderam ter mais tempo para refletir sobre a existência e liberdade de locomoção, uma espécie de desejo pela natureza passou a se manifestar com mais intensidade em diversos discursos. Um dos visitantes na entrevista em grupo, ao ser questionado, como turista, público para quem os parques estavam fechados, do que mais sentiram falta, apontou que:

Nesse período de pandemia uma coisa que ficou evidente pra todo mundo, a falta que a conexão com a natureza traz pra gente né, visitar um lugar como o PETAR, acho que não é necessário apenas como forma de entretenimento, mas como forma de reconhecimento de si próprio a partir do momento que você tem contato com suas próprias ancestralidades. Saber que você está frequentando, está visitando uma caverna onde povos primitivos estiveram ali realmente te traz um conhecimento sobre muita coisa da história, mas também sobre si. Então acho que essa conexão natural com as coisas nesse tempo de conexão de internet, ela realmente faz muita falta e é muito bom saber que o Petar tá retornando com suas atividades e trazendo essa oportunidade pra gente. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturada- Visitante 1)

A partir de então, é inevitável a reflexão sobre como a pandemia e o aumento no desejo de conexão com a natureza se comunicam e do porquê a pandemia deixou evidente "pra todo mundo", como cita o entrevistado, que a conexão com a natureza faz falta. A partir dos relatos e da vivência em campo possível apontar que, em muitos casos, a crise da saúde exposta pela pandemia seja praticamente um gatilho, uma sugestão ao natural como alternativa por ser seu completo oposto ao isolamento social. É possível também, em uma leitura que muitos achariam "menos inocente", de que a pandemia evidenciou uma espécie de romantização ou projeção de um desejo de fuga agora limitado pela ordem de Estado e que precisaria ser expurgado pelo discurso do natural que ainda precisa ser superado.

É preciso estarmos atentos a diversas nuances a fim de compreendermos essas novas dinâmicas nas entrelinhas. A primeira resposta do turista entrevistado, por exemplo, envolve vários outros aspectos, como um entretenimento que "nunca" se desejou tanto, mas que reforça também aspectos como a ancestralidade, memória, etnografia, identidades e pertencimento, além da dicotomia colocada entre excesso de comunicação (hiperconectividade) e contato com a natureza. Dicotomias como essa podem ser fundamentais para refletirmos o esgotamento de certos modelos, resultado da instauração de novas formas de se viver após a pandemia.

No sentido da conexão com a natureza exposta, Ailton Krenak destaca que:

Desde muito tempo, a minha comunhão com tudo o que chamam de natureza é uma experiência que não vejo ser valorizada por muita gente que vive na cidade. Já vi pessoas ridicularizando: "ele conversa com árvore, abraça árvore, conversa com o rio, contempla a montanha", como se isso fosse uma espécie de alienação. Essa é a minha experiência de vida. Se é alienação, sou alienado. Há muito tempo não programo atividades para "depois". Temos de parar de ser convencidos. Não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã. (KRENAK, 2020, p. 8-9)

Ao serem questionados sobre o que esperam quando visitam o Petar um deles respondeu que sua motivação era “sair da loucura da cidade e vim pro meio da Mata” (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturada- Visitante 2) A resposta do entrevistado vai de encontro com o relato apresentação em matéria veiculada pelo Estadão e publicada na Istoé digital, a partir do documento importado:

Com a crise de saúde em decorrência do novo coronavírus, o ano foi marcado por inúmeras mudanças sociais, entre elas o deslocamento de uma parte mais rica da população das grandes cidades para locais mais isolados e próximos à natureza. Tal fluxo é certamente uma consequência das medidas de isolamento social que intensificaram o trabalho e estudo a distância. O movimento é uma tendência global. Nos Estados Unidos, uma pesquisa do Pew Research Center publicada em julho constatou que 22% dos entrevistados se mudou ou é próximo de alguém que se transferiu de moradia na pandemia. Desse total, 3% afirmam que a mudança é definitiva. (ISTOÉ, 2020)

Não menos importante é pensarmos quem é, ou quais são as características dos visitantes do PETAR e das pessoas que possuem maior acesso a tais locais turísticos e de habitação. A matéria da ISTOÉ chega a citar que essa "fuga" se dá majoritariamente pelas camadas mais ricas da sociedade - principalmente em um momento onde o Brasil volta a estar no mapa da fome – é importante questionar quem são as pessoas que podem se deslocar e que possuem mobilidade urbana (carros - alta da gasolina) até o parque. Quem pode bancar tempo e despesas para estes acessos, considerando inclusive, que para o trabalhador “comum” a dinâmica da cidade e do trabalho para muitos seguiu a mesma? Acredito que a acessibilidade por camadas populares a locais como o PETAR, possam ser questões importantes para outras pesquisas, onde possíveis propostas de transporte urbano gratuito para fins turísticos em diálogo com educação ambiental, sejam condição fundamental, principalmente em um momento onde vivemos a agenda 20-30.

As entrevistas proporcionaram o contato com visitantes que estavam no parque pela primeira vez e outros que já conheciam o PETAR. Ao falar de sua conexão com o PETAR em sua primeira visita ao local, o entrevistado destaca que:

É a primeira vez que eu visito, mas assim é muito bom estar aqui. A conexão com a natureza é muito ampla, você tem a oportunidade de fazer boiacross, cavernas ao mesmo tempo cachoeira e o mais legal é que você não consegue falar assim: é um check na lista, eu já visitei e acabou porque tem muita coisa que se renova. É natureza, é muito, muito lindo todas as cavernas tem uma estrutura diferente, é uma beleza diferente, vale muito a pena vir e eu com certeza vou voltar. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturada-Visitante 3)

A precepção de outro entrevistado, que já conhecia o paque, e os motivos pelo quais o faz recomendar a visita ao PETAR a outras pessoas, foi descrita da seguinte forma:

Eu vindo pela segunda vez, eu vim há dois anos. Nunca é a mesma coisa. Cada vez que a gente vem tem uma beleza diferente, um olhar diferente. Algo novo, que a gente acabou não vindo da primeira vez e o que me fez até recomendar o PETAR é realmente isso, é a diferença que tem pra gente que tá ali na cidade no dia a dia, ou até mesmo trabalhando de home office como foi na pandemia e também essa diferença toda, e a questão do cuidado que tem sido feito de reservas, todo cuidado do uso de máscaras, isso é super importante. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturada - Visitante 4)

O sentimento de pertencimento e o sentir-se parte de um ecossistema nas falas dos entrevistados, muitas vezes, parece confluir com a própria existência e com a saúde do corpo, como se a presença em espaços de preservação como o PETAR fossem partes constituintes da existência e necessárias à uma sobrevivência saudável, que em algum momento teria sido usurpado de nossas vidas pela aceleração dos centros urbanos. A noção de fuga explorada pelos entrevistados desvela não apenas a necessidade de maior contato com o natural, mas um sentimento de que o modelo de vida constituído nos centros urbanos gera um esgotamento mental e físico típico das pressões sociais ali constituídas.

Neste sentido, ao perguntarmos a um dos entrevistados (visitante 2), qual lição aprendemos com a pandemia e o que podemos esperar daqui pra frente, apontou ter notado que:

(...) a questão de você sair dessa rotina, de todo esse peso que a pandemia trouxe traz um alívio e pra saúde mental de todas as pessoas, a importância disso também, igual a gente tá aqui há dois dias sem sinal de internet então até ontem teve uma hora que eu falei: puxa que bom né, eu tô sem sinal no celular então essa desconexão é muito saudável. É mais saudável do que muitas outras coisas que a gente fosse procurar fazer fora medicamentos ou qualquer coisa assim. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturada - Visitante 2)

Em um momento de crise da saúde mental em decorrência do isolamento, somado aos elevados índices de suicídio da nossa sociedade, onde as notificações apontam para um suicídio a cada 40 segundos no mundo (BRASIL, 2020). Esse novo olhar sobre a natureza parece ser uma resposta e resistência de parcela da sociedade, notamos assim que as pessoas veem na natureza um local de pretensão isolamento, associando ao lazer, associando natureza a saúde física e fundamentalmente mental.

A gente tá vivendo sempre uma realidade muito online, a gente sabe o que acontece no canto mais extremo do mundo na hora, mas por vezes a gente não sabe o que tá acontecendo com as pessoas que convivem com a gente, ali no nosso dia a dia ou mesmo conosco. Então acho que mais uma vez, a importância de se conectar com a natureza é se conectar consigo próprio. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas- Visitante 1)

O excesso de comunicação devido à reclusão de parte da sociedade, a transferência dos locais de trabalho para o próprio lar, a redução da sociabilidade, dentre outros fatores, parece ter gerado, para nossos entrevistados, um efeito reverso à hiper conectividade, aprofundando a necessidade de autoconhecimento, construção de identidades e subjetividades expressa na resposta e em nossa hipótese de que a reclusão, pelo menos por parte de visitantes, favoreceu um novo olhar para dentro de nós mesmos.

Eu penso que é uma forma de relaxar, de descontrair porque a gente não teve isso durante a pandemia, a gente ficou não só no isolamento social, mas também trabalhando horas adicionais no home office continuando também numa situação muito de mídia pressionando, do como vai ser o pós pandemia e tudo mais. Então você se sente como, pressionado, o tempo todo sob pressão, estressado então estar na natureza, em contato com a natureza te traz um campo de paz, de relaxar de descontração. Isso é muito bom! É muito precioso e fez muita falta! Ainda que seja de máscara é renovador. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas- Visitante 3)

Nota-se um tensionamento muito forte presente entre trabalho, pandemia e natureza como alternativa à salubridade da vida. A fala ao apontar para o aspecto midiático destaca como a conectividade massiva acabou esgotando parte do desejo por algo que antes da pandemia era grandemente estimado, como estar sempre online. Vale relacionar que o modelo de produção totalmente artificial vivido na contemporaneidade, parece criar inúmeras "falsas necessidades" para as pessoas e as fazendo-as atender a dinâmicas de mercado e trabalho de forma incessante, afastando a sociedade do convívio com a natureza e com o lazer e consequentemente com as comunidades que não ocupam os grandes centros, fazendo-as parecer até mesmo estranhas, ou moradores do "fim do mundo", quando na verdade, o movimento deveria ser o oposto, pois o fim do mundo e a irreversibilidade da degradação ambiental vem dos grandes centros normalizados no imaginário social.

Neste sentido, de desconstrução e educação ambiental, um dos entrevistados aponta que "a memória que a gente cria, a questão de estar com pessoas que você gosta e te fazem bem e a conexão com o lugar. As lembranças e as memórias acho que são os melhores, é único" (Visitante 04). Nesta fala, é possível notar a memória afetiva como possibilidade de construção da educação ambiental e educação do olhar

sobre a natureza, comunidade e outros sentidos estabelecidos. Neste viés, o PETAR não é "apenas" um local natural isolado, mas um local que abriga comunidades, espécies, saúde e a garantia de futuro dada sua riqueza ancestral, hídrica e toda sua biodiversidade.

No que tange às mudanças no decorrer de 1 ano para os entrevistados, os mesmos não retornaram ao PETAR, mas apontaram ter visitado outros locais turísticos para se reconectarem com a natureza, reforçando a importância da preservação de locais turísticos, por vários aspectos, como pelo fato de o setor ser um dos que mais aquece, movimenta a economia e gera empregos no Brasil. Assim, suas manutenções e preservações são fundamentais também ao reestabelecimento social no cenário pós pandêmico.

Ao serem perguntados sobre como se sentiam no primeiro dia que conversamos e como se sentem agora após quase um ano em relação a pandemia e suas necessidades de contato com a natureza e o quanto foi importante para eles aquela visita, apontam:

Entrevistado 1: Foram dias muito importantes no processo da pandemia, principalmente relacionado a saúde mental. Auxilia muito até mesmo na melhora de desempenho no trabalho após a visita.
Entrevistado 2: Aquela visita me fez pensar que todo mundo precisa ter esse tipo de experiência. Me parece fantástico tocar a história daquele lugar e não retornar encantado. Renovador e inspirador. Acho que sempre retorno com a bagagem da alma mais rica!
Entrevistado 3: Me sentia re-energizada e agora me sinto não tão disposta. Se eu pudesse gostaria de ir a um parque minimamete uma vez por semana, aquela viagem ao PETAR me trouxe muitas experiencias boas e pude relaxar, contemplar a natureza e me esquecer mesmo que por pouco tempo dos problemas

Quadro 6: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 3) - Visitantes

A questão da saúde mental apontada pelo entrevistado destaca a importância do PETAR e de espaços naturais para a manutenção de tal aspecto da sociedade, ainda mais em um momento de reclusão o a vida e sua dinâmica se altera seja no trabalho, nas relações familiares e em muitos outros âmbitos da vida. Ficou evidente também o quanto possuir condições de tempo para acessar a natureza é fundamental até mesmo ao nosso melhor rendimento no trabalho. As condições precárias de trabalho da sociedade contemporânea acabam gerando prejuízos não apenas ao empregado, mas às próprias empresas que não oferecem condições salubres ao trabalhador, como lazer e jornadas de trabalho reduzidas, possibilitando ao trabalhador acesso a lugares como o PETAR.

Se o espaço do PETAR tem um público muitas vezes limitado pelas desigualdades sociais, pela falta de acessibilidade e tempo, como transparece na fala do entrevistado ao apontar que “todo mundo precisa ter esse tipo de experiência”, logo, temos aqui um problema endêmico de acessibilidade; de um modelo e padrão de sociedade que reduz nossas condições de acessar e frequentar espaços de modo democrático.

Apesar disso, quando questionados se consideram que com a continuidade da pandemia e a reclusão passaram a valorizar mais a natureza, apontam:

Entrevistado 1: Com certeza, com os lugares fechados dificultava muito este contato. Então, agora valorizamos muito mais ter esta oportunidade de acesso a natureza.
Entrevistado 2: Creio que desde a primeira vez que me conectei com esse todo, jamais deixei de notar o valor que tais experiências trazem consigo. A pandemia me fez sentir mais saudade, mas o valor foi sempre imensurável.
Entrevistado 3: Acho que não, isso já era algo de bastante valor para mim. (Resposta transcrita do formulário - Visitantes)

Quadro 7: Resposta transcrita do formulário (pergunta 4) - Visitantes

É interessante refletirmos essa resposta, pois demonstra uma noção de que se valoriza mais o que está em escassez, reproduzindo uma lógica de mercado relacionada à natureza, mesmo que de forma subjetiva, onde se passa a valorizar ainda mais o espaço, levando em consideração a impossibilidade em acessá-lo, por terem sido retirados de nós pela contingência, produzindo um sentimento de perda e saudade.

Outro ponto importante destas novas entrevistas, visando identificar as experiências com o PETAR durante a pandemia, os visitantes foram questionados se para além da natureza, qual importância atribuem às comunidades que habitam o Petar, considerando as comunidades nativas serem fundamentais à compreensão dos espaços, apontaram:

Entrevistado 1: Muito importante, além de contextualizarem sobre a história do local e receberem muito bem os turistas, acredito que o turismo na região auxilia no desenvolvimento da comunidade local.
Entrevistado 2: Certamente os conceitos de preservação e conscientização da importância daquele lugar.
Entrevistado 3: Um povo local extremamente hospitaleiro e que tem respeito pela natureza e seus bens preciosos. Usam deste recurso para tirarem o sustento, mas se alegram ao ver o outro contemplar a alegria e beleza daquele lugar. (Resposta transcrita do formulário - Visitantes)

Quadro 8: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 5) - Visitantes

No aspecto de suas vidas privadas, diante da nova realidade imposta pela pandemia, foi perguntado o que mudou no último ano e quanto a pandemia tem afetado suas rotinas profissionais e pessoais:

Entrevistado 1: Apenas trabalho home office, dificultando muito o acesso a outras pessoas do ambiente externo.
Entrevistado 2: O distanciamento físico deu lugar ao virtual. Para mim, que trabalho com educação, passei a sentir muita falta do estarmos aqui reunidos e construindo algo, mas a reinvenção foi e tem sido de grande aprendizado. Aprendi a estreitar muitos laços ainda que de maneira distante.
Entrevistado 3: A pandemia me deixou mais ansiosa e com uma rotina que não fez muito bem a minha saúde, por causa da falta de exercício, falta de luz solar e também má alimentação(Resposta transcrita do formulário - Visitantes)

Quadro 9: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 6) - Visitantes

O sentimento de introspecção causado pela pandemia e a reclusão pode ter gerado nos visitantes um sentimento e desejo de reconexão com a natureza e com hábitos mais saudáveis, principalmente após termos sido colocados diante do risco diário e eminente de contrair um vírus que poderia tirar nossas vidas a qualquer momento. Mudando assim a relação de muitas pessoas com tais lugares naturais.

No que tange à estrutura oferecida pelo PETAR na percepção dos visitantes, e se para eles o parque está bem preparado para receber a sociedade durante a pandemia, bem como e se poderiam dar alguma sugestão para a gestão do PETAR, apontaram que:

Entrevistado 1: Sim, estão seguindo os protocolos sanitários, obedecendo os cuidados com a saúde de todos.
Entrevistado 2: Gostei bastante do quanto o nosso guia, o Rudney, levou a sério os protocolos de segurança e nos bem orientou em tudo. Achei bem seguro e não tenho nada de negativo a declarar nesse sentido.
Entrevistado 3: Com certeza o PETAR está preparado para receber a sociedade durante a pandemia. Como sugestão poderiam ter pacotes onde fosse possível contratar fotos profissionais, eu contratei isso em Brotas e achei muito legal, valeu muito o custo x benefício(Resposta transcrita do formulário - Visitantes)

Quadro 10: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 7) - Visitantes

Assim, na percepção dos entrevistados, os protocolos e medidas sanitárias de cuidados estão sendo seguidos pelo parque, sem sugerirem qualquer modificação. Neste sentido, ao proporcionarmos aos entrevistados tais questões, buscou-se criar uma condição horizontal participativa desta parcela da comunidade de turistas do PETAR, afim de que se esta pesquisa puder ter um mínimo alcance, tenha nele todas

as vozes e existências do parque ecoadas nesta pesquisa, independente do tipo de suas análises.

Por fim, vale reforçar também, a partir dos próprios turistas, qual o papel da sociedade na manutenção e preservação de áreas protegidas como o PETAR. Segundo os entrevistados:

Entrevistado 1: Ter a consciência da importância da preservação ambiental, adquirindo hábitos em meio as áreas de cuidado e não agressão a natureza. Sendo um papel inerente a todos.
Entrevistado 2: Para mim é o de justamente assumir a responsabilidade que todos nós, partilhando este mesmo planeta, deveríamos assumir. Entender nosso lugar e o lugar de cada ser nessa grande e viva cadeia não deveria ser questão de curiosidade, mas sim de dever.
Entrevistado 3: Papel de zelar no cuidado individual e conscientização do outro para proteger por amor(Resposta transcrita do formulário - Visitantes)

Quadro 11: Resposta transcrita do formulário (Pergunta 8) - Visitantes

Deste modo fica evidente a importância de compreensões, hábitos e comportamentos saudáveis na preservação de espaços naturais como o PETAR. Que assim como na natureza, a responsabilidade pela preservação de seu ciclo é coletiva, em um momento de pandemia, a responsabilidade pela preservação da biodiversidade, dos cuidados, das medidas de segurança e todos aspectos que valorizem a preservação do espaço, a educação ambiental, também são responsabilidade coletivas e institucionais.

5.2 – “Então a gente tá otimista, confiante e feliz pela retomada da abertura pós pandemia da unidade”(Monitor Ambiental) - Reflexões a partir de Relatos do Monitor Ambiental

Inicialmente, devemos ressaltar a importância de espaços como o PETAR à manutenção das comunidades que habitam sua área, e do quanto são fundamentais à existência, preservação e educação ambiental da sociedade a partir de suas conexões estabelecidas com os espaços naturais. Neste contexto, grande parte dos colaboradores do parque são, também, moradores locais que atuam e vivem naquela região. Um dos moradores de Iporanga, monitor ambiental do PETAR, aponta que:

Para nós a unidade de conservação é muito importante que além da preservação, da conservação do meio ambiente, da fauna, da flora, das cavernas....gera emprego pra nós aqui, muitas famílias sobrevivem do

Turismo de forma direta ou indireta. Então a gente tá otimista, confiante e feliz pela retomada da abertura pós pandemia da unidade, que a gente possa seguir os protocolos, se proteger e continuar mostrando o paraíso pras pessoas. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Morador local/monitor ambiental)

A fala aponta aspectos importantes que também se aplicam à lógica local e que desmistificam a noção romantizada dos ditos grandes centros, pois também estabelece uma dinâmica dos mundos do trabalho, associada à noção de emprego, renda e preservação. Em outras palavras, esta dinâmica estaria mais associada a uma noção de trabalho sustentável, que desconstrói a ideia colonizadora de que comunidades que habitam lugares naturais seriam ociosos. Para muitas pessoas que usam o PETAR ou qualquer outro espaço de lazer, turismo, diversão e só olham as experiências vividas a partir de si mesmas, é compreensível que sua leitura sobre tais comunidades sejam esvaziadas de qualquer sentido real.

O entrevistado produz uma associação direta entre turismo, trabalho e educação ambiental. Assim, demonstra que preservar é importante, também porque gera renda e movimenta a economia, mas também porque sem a existência de locais preservados não podemos existir. Destaco assim, que locais como o PETAR, tidos por distantes, ermos, "fim do mundo", estão íntima e diretamente conectados com o mercado, com a economia, com cultura local, com o emprego e sobretudo com a existência da sociedade, fatores que sustentam até mesmo a dinâmica social dos grandes centros, já que a água que bebemos não pode ser retirada de grandes prédios ou fabricadas em empresas.

Enquanto morador, a fala do entrevistado parece demonstrar que o movimento com a quarentena caiu e há uma expectativa com o fim dela para aquecer o turismo local que é fonte de renda e possibilita que o local siga protegido e preservado, pois a visitação é o que também confere valor ao local para além da população habitante. Por isso a importância destes locais obterem sempre títulos patrimoniais, pois isso ajuda a "cristalizar" a potência do local e torná-lo um "paraíso" dentro da dinâmica social que vivemos, que transmite a ideia de pureza, de intocável.

Considerando que o olhar dos moradores, monitores e gestão é fundamental também no que tange à manutenção das narrativas locais, foram realizadas perguntas a moradores a respeito de suas vivências no PETAR durante o período pandêmico. Ao ser perguntado sobre o que mais sentiu falta durante o tempo que o parque ficou fechado, um deles respondeu que foi "de visitar o parque como morador mesmo, nem

como trabalho, mas como morador, nós moradores sentimos muita falta de não poder visitar e admirando a beleza” (Morador local/monitor ambiental)

É sabido que durante a pandemia muitos serviços considerados como “não fundamentais”, foram fechados provisoriamente afim de evitar aglomerações. Tais fechamentos e interdições atingiram também moradores e comunidades locais que sempre, quase que numa relação simbiótica, sempre tiveram acesso ao PETAR. Desta forma, a fala do morador local encontra eco na realidade e nas limitações de camadas sociais exteriores, demonstrando também que a responsabilidade social é e deve se constituir de forma coletiva em seus mais diversos sentidos e níveis.

No âmbito do que o parque traz aos moradores quando estão em seu interior, um deles ressaltou sentir “paz, harmonia com a natureza, felicidade de morar num lugar desse” (Morador local/monitor ambiental). Vale destacar que ele traz um olhar empático, pois compreende a natureza quase que num movimento simbiótico, o qual não deve-se exagerar, para não correr risco de romantizar a vivência nativa. Mas foge ao egoísmo, pois ele mora num local que gera renda, e devido a pandemia isso foi retirado dele, mas ainda assim, ele respeita os protocolos, sabe da importância de nos protegermos, tem uma noção do ciclo de recuperação do local, e sobretudo, uma noção forte e sólida de comunidade, pois sabe que um vírus na natureza pode destruir toda ela.

Outro aspecto importante para esta pesquisa, foi entender a partir da perspectiva dos moradores o que sentem que mudará com a retomada do turismo após a pandemia e o que o parque significava para ele, assim, o entrevistado respondeu lançando uma contra resposta, a saber:

O que a gente pode esperar pela frente? O mais importante de tudo, é nós moradores saber o porquê da unidade, morar na unidade, conservar a unidade e mostrar isso pro mundo, vem gente do Brasil e do mundo. Ah, é minha vida né, minha terra. Aqui é onde a gente é feliz! Paz, harmonia com a natureza, felicidade de morar num lugar desse. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Morador local/monitor ambiental)

A fala do morador nos oferece uma associação de perspectiva teórica muito refletida em nossos espaços acadêmicos de produção de conhecimento em turismo, acerca da visibilidade, da patrimonialização de locais, públicos ou não. A fala exposta de forma sutil e didática parece nos direcionar a perspectiva de associar o local analisado à noção/conceito de patrimônio da humanidade de modo a criar uma narrativa que ofereça proteção ao espaço. Proporcionar visibilidade a um local como

o PETAR em um país historicamente construído sob bases predatórias é quase que sinônimo de segurança, no mínimo de resistência.

Sabemos que o silenciamento de tais comunidades é importante apenas a interesses escusos, pois locais silenciados se tornam alvo mais facilmente da exploração predatória. Desta forma, no aspecto turístico, é preciso preservar o local, “leva-lo” também à sociedade, comunicar seu espaço, restaurar a intimidade social com uma biodiversidade que constitui e é condição para nossa existência, fortalecendo nosso contato, pois o parque é uma possibilidade orgânica de mudar nossa perspectiva ambiental. Há uma falsa ideia e noção verticalizada da cidade de que tais comunidades nativas são alheias às instituições de direito, e isso é uma grande falácia, pois estão conectadas ali, o tempo todo com essas demandas, reforçando assim a autonomia de locais como o PETAR perante a constituição e nossas leis e diretrizes ambientais.

Desta forma, tal resposta está associada a seguinte, quando em poucas palavras o morador definiu o que o parque significa para ele, apontando da seguinte forma: “ah, é minha vida né, minha terra. Aqui é onde a gente é feliz!”, demonstrando um forte sentimento de pertencimento e identidade, questões fundamentais ao turismo e às políticas de preservação.

Em relação a possíveis mudanças no fluxo de pessoas desde a primeira entrevista até esta que analisamos, realizada cerca de um ano depois, o entrevistado aponta que, “sim, hoje encontramos com um fluxo grande de visitantes, seguindo todos os protocolos de segurança” (morador local/monitor ambiental). Com o avanço, por mais que lento, da vacinação no Brasil, e a flexibilização de serviços, o PETAR passou a funcionar novamente, respeitando os protocolos de segurança, bem como a visita ao PETAR começou, mesmo que em um ritmo diferente, a se reestabelecer, porém com algumas limitações necessárias, que ficam evidentes na resposta do entrevistado, quando questionado se diante da nova realidade imposta pela pandemia, o que teria mudado no último ano e quanto a pandemia tem afetado, sua rotina profissional e pessoal, destaca:

Posso dizer que tivemos grandes mudanças devido a não poder ter o contato direto com as pessoas, antes podíamos abraçar os amigos, apertar às mãos e hoje já não podemos agir como antes. Em relação a minha rotina profissional e pessoal, posso dizer, que sinto saudade de quando podíamos confraternizar com os amigos. (Resposta transcrita do formulário - Morador local/monitor ambiental)

5.3 “(...) a principal economia que vem do Turismo, turismo esse que foi impactado com a chegada da pandemia, mas onde nossas economias zeraram” (Empreendedor local 2) - Reflexões a partir de relatos de Empreendedores locais

Outro morador local, monitor ambiental e proprietário de agência de viagens ofereceu entrevista via áudio e teceu uma importante narrativa sobre vários aspectos do PETAR, sua compreensão sobre o espaço durante a pandemia, os efeitos e mudanças ocorridas, memórias, compreensão da natureza e como experienciou esse novo momento:

Sou filho do saudoso JJ, que junto com os demais companheiros aqui na região exploraram na década de 60 várias cavernas, no qual parte deles já se foram. E deixaram um grande legado para nós. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Morador e empreendedor local 1)

É interessante e bela sua fala, pois aponta vários aspectos relacionados à memória pessoal e local, que constitui parte tanto do que conhecemos hoje do PETAR graças às ações de um morador que desbravou espaços, mas também deixa explícita sua memória pessoal. Sua fala revela pertencimento ao local e identidade. Neste sentido, perguntamos para o entrevistado o que ele mais sentiu de falta com o Parque fechado e como foi esse momento de pandemia, ao que respondeu:

Falar do parque pra mim, é meio que suspeito porque eu sou nascido aqui, eu considero ele a minha casa e a sua casa também. Vocês são sempre bem vindos pra nossa casa. Temos aqui a principal economia que vem do Turismo, turismo esse que foi impactado com a chegada da pandemia mas onde nossas economias zeraram, mas conseguimos se organizar, criamos de início um próprio protocolo pra se preservar aqui e não se contaminar. E com isso, iniciou-se uma atividade que foi de extrema importância nesses 7 meses que foi ser um solidário com o outro. Essa coisa de ser solidário com o outro nasceu no bairro mesmo, iniciativa mesmo de se preocupar com o vizinho. Puxa, fulano está sem trabalho, vivia diretamente do Turismo, como é que ele vai viver agora? Aí nós começamos a pegar um centavinho de um, centavinho de outro e fomos pro mercado local. Qual que era a ideia do mercado local, fazer com que a gente não fique circulando muito. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Morador local/empreendedor 1)

A noção de comunidade solidária exposta pelo entrevistado além de comover, também impulsiona, pois evidencia uma cultura de ação, organicidade, subsistência, empatia e tantos outros atributos que escapam totalmente a qualquer sentido ou impulso egoísta que muitas vezes encontramos em grandes centros urbanos. A metáfora fisiológica do corpo como um lugar que para bem funcionar necessita ter

todas suas partes e organismos com qualidade de funcionamento, parece se adequar bem a solidariedade vivida no PETAR durante o período de pandemia e a queda no turismo, pois revela uma rede de solidariedade ativa, que se reconhece como um corpo comum com uma diversidade incontável de membros.

O sentimento saudoso desse morador misturado a uma narrativa que poderia ser facilmente transformada em tragédia por qualquer escritor, é lido por ele como uma necessidade de reorganização, pois sabe que vive há 60 anos em um local de trocas diárias, além de se mostrar lúcido acerca da necessidade de medidas sanitárias de segurança. Assim, ao ser questionado sobre a volta do parque, aponta que

Com a retomada, a gente tá aí graças a Deus né, numa nova fase, retomando, retomando com segurança. O PETAR tá cheio de vida, pra nós oferecer!. Falando do Petar, ele chega a ser emocionante pra gente porque eu tenho quase uma relação assim, não só de amizade, mas de amor e carinho pelo ambiente que eu moro. Se você entrar no facebook, nas redes sociais, você vai encontrar um monte de nome de monitores, agências, pousadas, pessoas do segmento do turismo que tem o sobrenome PETAR. Isso faz a gente ser uma grande família, uma grande irmandade e por causa disso que eu considero de extrema importância. (Respostas transcritas da entrevista semi-estruturadas - Morador local/empreendedor 1)

A relação permanente dele com o PETAR durante toda sua vida demonstra uma relação quase que simbiótica. Ele conhece os ritmos que ali se estabelecem, tenta compreender sua necessidade de descobrir mais sobre o lugar que habita, as mudanças nos ciclos, na natureza, em uma troca e simultaneidade que parecem acompanhar sua própria existência enquanto sujeito parte daquele meio. Assim, para ele, é compreensível que a natureza que ali a cerca, quando bem cuidada e sem práticas predatórias, se auto regenera de seus próprios processos.

Outro morador entrevistado, que destacou ter trabalhado “muito tempo no parque, 30 anos” (Resposta transcrita da entrevista semi-estruturada - Morador local/empreendedor local 2), é também empreendedor local. A escolha de um entrevistado empreendedor do ramo hoteleiro (pousada) é fundamental para entendermos que o PETAR é um órgão complexo e rico em detalhes, e que por se tratar de um Parque Estadual, também oferece uma diversidade de serviços que se estabelecem em torno de si. Assim, toda economia que se estabelece no local ocorre também de modo a receber comunidades de visitantes, como em qualquer outro meio do ramo.

Assim, se nos centros urbanos o mercado hoteleiro também sofreu com os efeitos da pandemia, no PETAR não foi diferente, como destaca o entrevistado ao apontar que:

Esse problema dessa parada aí, fez muita falta pra nois. Vivemos do turismo, foi tudo parado, não entrou dinheiro, não entrou nada. Não podemos falar do parque, porque nós viemos do parque. Dependemos do Turismo. Pra nós foi um prejuízo muito grande essa parada. (Resposta transcrita da entrevista semi-estruturada - Morador local/empreendedor local 2)

Os efeitos econômicos sobre as comunidades do PETAR foram rígidos para o setor, principalmente durante seu fechamento, que precisavam de alguma forma se reinventar para alcançar turistas, atendimentos, com o fim da venda de ingressos na portaria e a migração dos conteúdos para os meios digitais. Ao ser questionado sobre as expectativas com a retomada e se acredita que alguma mudança irá ocorrer, apontou: “bom, não sei. Esse problema de internet, ta muito difícil. Esse negócio de marcação” (Resposta transcrita da entrevista semi-estruturada - Morador local/empreendedor local 2).

5.4. - “O importante do parque é a vida do visitante, que ele possa se sentir seguro, e a preservação do meio ambiente” (Segurança do Parque) - Reflexões a partir de relatos de um morador local e Segurança do Parque

Muitas dinâmicas sociais se transformaram e com desejo de entender melhor essas mudanças no PETAR, foi perguntado a um morador e segurança do parque, o que ele considerava que iria mudar daqui pra frente com a retomada do turismo no local. Neste sentido, o entrevistado apontou que:

Está sendo na realidade uma adaptação pros visitantes, porque foi pego de surpresa muitos visitantes até eles se acostumarem com os protocolos de segurança. Então, isso gradativamente vai acontecer, mas o parque ele realmente, a tendência é crescer, e ele crescendo mais, cresce mais a economia e a preservação. (Resposta transcrita da entrevista semi-estruturada - Morador local/segurança do parque).

A fala do entrevistado aponta que o risco iminente de contaminação colocado pela pandemia modificou a dinâmica de visitação do PETAR, seja com protocolos de segurança necessários à proteção de todos presentes e também da comunidade que

habita os espaços e adjacências. A expectativa do entrevistado é que o retorno dos visitantes no contexto pós pandemia possa reativar a dinâmica economia nacional e local, associando a reestruturação econômica à preservação.

É interessante notar que a noção e associação do entrevistado não dissocia crescimento econômico a partir de um viés predatório, que reduz a economia a uma visão não sustentável, mas antes, entende que os sistemas econômicos não precisam se descolar da noção básica de responsabilidade, para que assim possamos viver em maior harmonia com a natureza. Desta forma, para nosso entrevistado “o importante do parque é a vida do visitante, que ele possa se sentir seguro, e a preservação do meio ambiente” (Resposta transcrita da entrevista semi-estruturada - Morador local/segurança do parque).

A preocupação empática é interessante de ser refletida, pois ao mesmo tempo que pensa nos cuidados com o turista, também compreende que isso só é possível através da preservação ambiental e dos cuidados sanitários que o momento exige. É possível assim, através da resposta, que sem a preservação do local e os cuidados com os turistas é condição indispensável para que qualquer aquecimento econômico se realize. Assim, preservação, turismo, economia e medidas sanitárias não estão dissociadas.

Após um ano destes primeiros relatos extraídos da entrevista, um dos seguranças do parque respondeu ao segundo questionário. Ao ser questionado se com a reabertura do parque ele percebeu alguma diferença no perfil das pessoas que buscaram o PETAR ele destacou de modo simples, objetivo e preciso que “Sim, Alegria!”. Para muitas pessoas, uma resposta que pode ser considerada simplista, revela a ideia de que os efeitos da reclusão da pandemia proporcionaram um novo olhar para a natureza, de amor e necessidade.

Nesta perspectiva, ao ser questionado se por causa da pandemia a motivação dos visitantes que vieram até o parque neste período teria mudado e se algum visitante o teria contado algum relato sobre o porquê estavam visitando o PETAR, ele responde que em sua percepção:

A motivação não mudou, o que podemos perceber é que houve mudança no comportamento devido aos cuidados e protocolos de segurança. Sim, tive relatos de visitantes, que estavam em isolamento e que acharam uma ótima ideia visitar o Parque por ser uma área aberta. (Resposta transcrita do formulário - Morador local segurança do parque)

As mudanças nos protocolos parecem ter provocado no interior do parque um maior respeito até mesmo pelo parque enquanto espaço, pois visitar um espaço natural com uso obrigatório de máscara, parece estranho a muitos, mas é importante destacar que a preservação do espaço em período pandêmico não é diferente, pois nele também habitam pessoas que podem se contagiar.

5.5 “Além das belezas naturais, são grandes números de Caverna, o PETAR é um modo de vida, com a participação ativa da Comunidade” (Gestora) - reflexões a partir do Relato da Gestora

Ao analisar os relatos da Gestora do Parque no que tange as dificuldades e desafios encontrados tomando a frente da gestão do PETAR durante a pandemia e o quanto a pandemia afeta a rotina do parque, ela relatou que o principal desafio foi a falta de funcionários para manter as atividades da Unidade durante o período pandêmico e sobre a rotina do Parque, relatando sobre a dificuldade do deslocamento dos funcionários:

Do quadro de funcionários, os funcionários da Unidade todos já tinham idade do grupo de risco, ficamos bem desfalcados durante o período. No período de reabertura precisamos reestrutura a forma de visitação, com a diminuição do número de visitantes e passar a realizar o agendamento dos passeios que não acontecia antes. (Resposta - Formulário Gestora do Parque,2021)

Hoje em dia precisamos deslocar funcionários do escritório para a realização de agendamento e ordenação do Uso Público devido a capacidade reduzida e os protocolos sanitários, tendo em vista o déficit funcional, isso impactou bastante nos trabalhos da Gestão. (Resposta - Formulário Gestora do Parque,2021)

Com o crescimento da importância do tema da “questão ambiental” nas agendas de discussão política e econômica internacional, impulsionado pelos recentes debates sobre os efeitos nefastos do colapso ambiental que está por vir, do aquecimento global e das mudanças climáticas, é perceptível também, a inserção da temática na agenda governamental e social brasileira fazendo com que aos poucos, um aporte maior de recursos financeiros sejam direcionados para a formação e capacitação de mão de obra especializada nas UCs. Por outro lado, esse avanço do aporte financeiro direcionado para as áreas protegidas depende dos atores políticos que assumem a governança do país, fazendo com que a gestão dessas áreas seja diretamente impactada pelas diretrizes impostas pela gestão governamental que é trocada de quatro em quatro anos.

No que tange, o atual cenário da política brasileira, com o governo Bolsonaro,

nos vimos diante de uma gestão marcada pelo autoritarismo, reestruturações, subversão de prioridades e falta de transparência de políticas públicas (PORTAL ECO, 2021). O ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente(MMA), Ricardo Salles, utilizou a frase “passar a boiada”, vindo ao público no final de maio de 2020, que coroou uma gestão marcada por crises e dezenas de ações tachadas de retrocesso, dentre elas: o estrangulamento dos órgãos ambientais sob tutela do MMA; o esvaziamento dos colegiados; a asfixia dos mecanismos de fiscalização e dos fiscais; o avanço recorde de desmatamento na Amazônia; a tentativa de esvaziar normas de proteção mais rígidas como a Lei da Mata Atlântica e do estabelecimento de Áreas de Preservação Permanente; a contínua defesa de madeiras e do agronegócio promovendo a maior e mais profunda desregulamentação do setor ambiental do país (PORTAL ECO, 2021).

Com todo esse cenário, fica claro o quanto essas ações impactaram diretamente no trabalho dos gestores das áreas protegidas, que por sua vez, não receberam um devido apoio do MMA, tornando a gestão dessas áreas cada vez mais difícil e complexa com o baixo orçamento e a conseqüente falta de funcionários nas devidas áreas.

Após a pergunta sobre os desafios da gestão, foi perguntado para a gestora quais os aspectos positivos e negativos que ela destacaria sobre o PETAR nesse momento de contingência pelo qual passamos, e ela respondeu:

Aspectos positivos - tempo de descanso das Cavernas e atrativas, dando tempo de recuperação ambiental nesses locais devido a diminuição da visitação. Aspectos negativos - impacto na Comunidade que vive do turismo no Parque. (Resposta - Formulário Gestora do Parque,2021).

Devido ao tempo de fechamento do parque, ela pontua como aspecto positivo a questão da recuperação ambiental dos atrativos do Parque, em especial as cavernas, que devido ao fechamento foi possível observar considerável recuperação ambiental. A partir deste ponto por ela colocado, faz-se também a reflexão acerca do contexto global, que através da interrupção das atividades em todo o mundo, foi percebida inúmeros sinais de recuperação da Natureza, relatos de pessoas que testemunharam conseguir ver montanhas ao horizonte sempre escondidas por um céu poluído, e notícias de que com menos automóveis circulando nas ruas e menos fábricas funcionando, satélites conseguiram detectar em várias regiões do planeta

uma diminuição dos poluentes atmosféricos como ressalta (LAYRARGUES,2020 p.18):

Nesta peculiar relação positiva da pandemia com a natureza, chamou a atenção um benéfico 'efeito colateral' da interrupção da economia, em função das medidas de quarentena e fechamento de atividades econômicas não essenciais: surgiram sinais de recuperação da qualidade ambiental, desde as aparições de animais circulando curiosos pelas ruas vazias de algumas cidades, até a redução de níveis de poluição atmosférica, passando pela diminuição da poluição sonora urbana.

No entanto, o autor também ressalta que essa recuperação da Natureza é uma ilusão, uma vez que a desigualdade social foi muito mais acentuada, e ao observar a fala da gestora do PETAR, no que tange os aspectos negativos do período de contingência esse ponto colocado pelo autor se valida, pois, o principal aspecto por ela apontado foi o impacto na comunidade que vive do turismo. Como já elucidado nos relatos dos moradores, o momento foi marcado por inúmeras dificuldades, entre elas a luta contra a fome dessas famílias que dependiam da atividade turística, e não só no PETAR, como em todo o mundo, foi perceptível o quanto a pandemia abalou ainda mais as classes trabalhadoras, causando um aumento nas desigualdades sociais.

Layrargues (2020), traz importantes reflexões acerca do que dos aspectos "positivos" na natureza advindas do isolamento social e do momento pandêmico que passamos, entretanto ele ressalta como esses pontos são extremamente insuficientes frente ao colapso que rumamos, uma vez que a queda de CO² em função da pandemia, é insuficiente para interromper o ritmo da mudança climática, porque embora esses pontos soem como uma boa notícia, por outro lado há que se ressaltar duas coisas: "primeiro, o gigantesco e cruel custo social e econômico da paralisa na economia global, tornando a desigualdade social ainda mais aguda, não nos permite falar de sustentabilidade" (LAYRARGUES, 2020, p.19).

Por meio do capítulo 3 do presente trabalho, foi apresentado sobre a área de estudo e também foi realizado uma linha do tempo do funcionamento do PETAR durante a pandemia e dentre os programas de gestão organizacional do Parque, o programa de Uso Público foi o programa mais afetado pelas medidas de isolamento e dessa forma, foi perguntado para a gestora sobre quais foram as principais medidas adotadas para o retorno das atividades de Uso Público, e segundo ela as principais medidas adotadas foram:

Capacidade de visitação reduzida de acordo com as orientações da Vigilância Sanitária, passou a ser realizado agendamento dos

passeios, com horários intervalados evitando aglomeração, principalmente dentro das Cavernas. Utilização de protocolos sanitários (álcool, máscara, distanciamento). (Resposta - Formulário Gestora do Parque,2021).

Para a gestora, as principais medidas adotadas consistiram na construção de diversos protocolos, reduzindo a capacidade de visitação de acordo com as medidas sanitárias e a proibição da venda de ingressos na portaria a fim de se evitasse quaisquer aglomerações e o a gestão administrativa do Parque tivesse controle da demanda que receberiam. Alguns dos atrativos do PETAR não foram reabertos, e os que foram permitidas a reabertura, foram reabertos com uma capacidade reduzida, principalmente nas cavernas, que por sua vez exigiram novos protocolos de visitação.

Por meio dos relatos dos visitantes, ficou perceptível o quanto o PETAR é um lugar único e que as pessoas que conhecem o Parque pela primeira vez, certamente acabam voltando em outros momentos. Dessa forma, foi perguntado a gestora sobre o diferencial do Parque, isso é, o que o torna único. Para ela, o que torna o Parque único:

Além das belezas naturais, são grandes números de Caverna, o PETAR é um modo de vida, com a participação ativa da Comunidade, um local em que o turismo de Base Comunitária realmente acontece e o amor das pessoas envolvidas no Parque. (Resposta - Formulário Gestora do Parque,2021)

Como exposto por ela, além das belezas naturais, das ricas cavernas que a todos encantam, a experiência que as pessoas que visitam o PETAR têm é única, devido a participação da comunidade nas atividades de todo o *trade turístico*, marcando o Parque por ter um turismo de base comunitária (TBC) consolidado. Segundo o documento do ICMBio, produzido em 2017 que estabelece um marco referencial para o TBC nas Unidades de Conservação federais, o conceito de TBC consiste em:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação. (ICMBio, 2017,p.11)

A partir da conceituação do TBC, e dos relatos dos visitantes, moradores e da gestora o PETAR mostrou-se como um importante destino desse segmento, garantindo aos visitantes uma experiência turística que vai além da simples contemplação, os fazendo criar laços afetivos com a unidade e a conhecer a história e a cultura das populações que moram no entorno do Parque.

Como importante ponto de análise deste trabalho, buscou-se compreender a motivação das pessoas em buscarem os espaços naturais, fazendo com que este ponto também fosse levantado no formulário enviado para a gestora, que prontamente respondeu:

Principalmente nessa época de pandemia, é valorizar a natureza, o ambiente natural e tudo que ela oferece. Após a pandemia a demanda de visitação aumentou muito das pessoas querendo desconectar dos grandes centros. (Resposta - Formulário Gestora do Parque, 2021)

Para ela as pessoas buscam os espaços naturais para dar valor a natureza e tudo que ela pode oferecer. Ao analisar os relatos dos visitantes e agora o da gestora, ficou evidente o quanto a pandemia fez com que as pessoas dessem mais valor para os ambientes naturais, uma vez que a experiência de “estar recluso” e dentro de casa foi possível despertar nas pessoas, cada vez mais, o desejo de se desconectar dos grandes centros e ir em busca dos espaços naturais.

Por fim, foi perguntado a ela, o que fica permanente e o que deixar para trás na gestão com a experiência pandêmica? E como já apontado nos relatos anteriores, pela visitação turística ter sido mais impactada, ela responde que “Ficará permanente a nova ordenação do Uso Público, mais organização e cuidado com os atrativos do Parque” (Gestora). Como a reabertura do Parque foi lenta e gradual, pode se afirmar que muitas das mudanças que ocorreram no parque ainda estão sendo monitoradas, mas que com certeza, muitas dessas alterações no ordenamento de Uso Público vieram pra ficar, além é claro, da organização e maiores cuidados com os atrativos da unidade.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando experiências em nossas vidas se naturalizam de modo que contemple nossas existências, ou quando vivemos um espaço de forma a respeitar sua dinâmica natural, como é o caso do PETAR, pouca coisa parece de fato mudar em sentido amplo, pois se passa a respeitar o local a partir do que ele é, em seu fluxo constante, sem acelera-lo ou reduzi-lo necessariamente, pois não lançamos mais nossas expectativas sobre um ciclo que quando respeitado, simplesmente acontece, a despeito de nós.

Assim, com a experiência pandêmica as relações sociais e gestos comuns deixaram de fazer parte da interação social, gerando um efeito nostálgico sobre o

vivido suas memórias, gerando um sentimento de otimismo e empatia em relação ao futuro e a necessidade de deixar para trás, apenas na memória, aspectos negativos da pandemia, como a morte de mais de 500 mil pessoas, pois segundo o entrevistado o desejo é “deixar para trás as lembranças das perdas sofridas” (morador local/segurança do parque)

A análise deste trabalho consistiu em refletir como as unidades de conservação desempenham um papel fundamental no que tange a (re)conexão da sociedade com a natureza, pois através do contato com os ambientes naturais as pessoas podem minimizar os problemas mentais, experienciando efeitos benéficos para o bem-estar humano, diante da necessidade de um novo “normal” gerado pela pandemia de covid-19.

Através da entrevista com os atores importantes do PETAR, ficou claro o quanto as pessoas sentiram falta do contato com a natureza durante o período de isolamento social mais intenso. A partir das respostas, foi possível fazer inúmeras reflexões acerca da importância desses espaços naturais para a saúde mental da sociedade e dos visitantes e habitantes locais, apontando também como o período de isolamento despertou ainda mais o desejo pelos espaços naturais nas pessoas, como a pandemia e o “estar recluso”, ou seja, estar dentro de casa, lançou um novo olhar sobre o externo, sobre o natural, sobre o lazer, sobre a vida de modo mais orgânico. Em um período onde até mesmo as relações de trabalho estão se reconfigurando, o que conecta essa transformação dos mundos do trabalho a um novo olhar para a natureza? Em que medida o desejo pela natureza (conexão) também está associado ao sujeito ter mais tempo para pensar em si mesmo, na construção de sua própria subjetividade?

. Os custos para se deslocar até uma unidade de conservação não são baixos, e também podemos pensar a questão do tempo livre para fazer tais atividades que apenas uma pequena parcela da população consegue realizar. A questão da acessibilidade é importantíssima para o avanço do turismo de natureza. A partir de diversas pesquisas é notado que o público que consome o ecoturismo e turismo de aventura é um público mais elitizado, que possui maiores recursos para locomoção e tem tempo para poder visitar os locais. Fazendo coro ainda à afirmação de Krenak, salienta-se que:

Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter

importância. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação. Coisa de quem acha que a vida é baseada em meritocracia e luta por poder. Não podemos pagar o preço que estamos pagando e seguir insistindo nos erros. (KRENAK, 2020, p.7)

O ponto aqui tratado não diz respeito a tais públicos não visitarem tais locais, pois é defendido que todos possuem direitos a tais acessos, mas de levantar o questionamento sobre a distinção estabelecida entre a oportunidade de um às custas das limitações impostas a outros, às custas da manutenção de um sistema de trabalho ultrapassado, ética e naturalmente inviável para uma vida de qualidade. Como ficaria a saúde mental dos que estão atrelados às amarras do mercado pela sobrevivência e subsistência? Voltados àqueles que não tem tempo nenhum de visitar lugares turísticos naturais como o PETAR e muito menos recursos.

A incessante engrenagem de trabalho a qual a sociedade foi colocada, não cabe aqui apontarmos se de modo passivo ou não, tem gerado baixa saúde mental e adoecimento na sociedade, que ironicamente, para manter suas vidas, o que é justo, precisam viver para trabalhar a fim de poder cuidar da saúde. Neste contexto, a educação ambiental para um mundo melhor, no sentido de sua própria preservação e pela continuidade de sua existência, acaba se tornando uma tarefa que poderá estar sempre fadada à insuficiência, não propriamente da educação, mas dos meios de produção capitalista.

Se muita gente idealiza viver a natureza, nos cabe a pergunta retórica: por que a cidade e seu universo caótico ainda é colocada de modo hierárquico sobre tudo que não é mecanizado? É preciso assim ampliarmos este debate, por meio da análise do relato dos moradores locais e visitantes, a fim de desconstruir uma imagem romantizada da natureza como lugar apenas ideal, mas recuperarmos sua noção como fundamental.

Assim, é importante invertermos esse olhar, como num espelho, que não muda necessariamente o objeto ou ser que nele reflete, mas que, lançando uma imagem invertida nos permite olhar para nós mesmos a partir de uma outra perspectiva. Se as pessoas buscam a natureza como forma de reconexão consigo mesmas, de (re) construção de suas subjetividades, logo, o essencial é a natureza, e não a cidade; o estranho, o desvio da norma, considerando os bilhões de anos que habitamos a terra e a industrialização ser recente se comparada, “o fim do mundo” pode ser a cidade, e não a natureza.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. In: GUILON, J. A. **Introdução crítica** ; tradução de Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 127p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Campinas/SP: Boitempo, 4a edição, 2001.
- ANDRIOLI, A. I. **A atualidade do marxismo para o debate ambiental**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 98, p. 1-8, 2 jul. 2009.
- ARRUDA, Rinaldo. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. *Ambiente & Sociedade* [online]. 1999, n. 5 [Acessado 19 Julho 2021] , pp. 79-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>>. Epub 27 Jul 2006. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 27 de Julho de 2021.
- BRASIL. Decreto nº 32.283, de 19/05/1958. **CRIA O PARQUE ESTADUAL DO ALTO RIBEIRA**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/114779>. Acesso em 16 de agosto de 2021.
- BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – SNUC. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004a.
- BRASIL. **Protocolo de reabertura do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Governo do Estado de São Paulo**, 2020. Disponível em: https://petaronline.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Retomada-da-Visitacao-PETAR_PROTOCOLO-COVID_19.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2021
- BEDIM, Bruno, p. **Turismo, espaço e tempo social: acepções teóricas da modernidade em movimento**. *Nome da Revista*, Belo Horizonte v. 4, n. 1, p. 7-22, jan-jun 2008.
- BERALDO;Thiago (Org). **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio. Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf> Acesso em: 05/08/2021
- BURKETT, P. **Marx and Nature**: a red and green perspective. New York: St. Martin’s Press, 1999.
- COSTA, J. P. O. **Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa MaB-UNESCO**. São Paulo: CNRBMA;1997.
- CHESSNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: CEMAR/USP/NUPAUB, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

DIEGUES, A. C. et al. **Os saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: 1999

EZABELLA, Fernanda. **O HOMEM SUMIU**. 2020. Disponível em <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/bichos-a-vontade-e-guias-na-expectativa-do-boom-dos-destinos-de-natureza-pos-pandemia/>>. Acesso em 01/08/2021

FERNANDES-PINTO, Erika. **SÍTIOS NATURAIS SAGRADOS DO BRASIL: Inspirações para o reencantamento das áreas protegidas**. Rio de Janeiro, 2017. 423 f

FIGUEIREDO, L. A. V. **“O meio ambiente prejudicou a gente...”: políticas públicas, representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga, SP)**, 2000. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 489 p.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Parque Estadual Intervales**. São Paulo: Fundação Florestal, 2010. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-espeleologicos/>>. Acesso em: 12 set. 2020.

FUNDAÇÃO FLORESTAL – FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO/SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO EKOS BRASIL (Coords.) **Plano de manejo espeleológico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. São Paulo: Fundação Florestal, 2010. 765 p

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: <<https://fevprojetos.fgv.br/artigos/1a-edicao-impacto-economico-do-covid-19-propostas-para-o-turismo-brasileiro-abril-2020>>

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: Panorama geral**. Rio Grande. Historiae, 2015

FREDERICO, I.B.; Bruhns, H.T. **O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.600-615

FUREDI, F. **Para uma sociologia do medo**. In: MENDES, J. M. O. (Coord.). Risco, cidadania e Estado num mundo globalizado. Coimbra: Contexto, CES – Centro de Estudos Sociais, 2013, p. 191-210.

GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997

GONÇALVES, C. Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria A. O. Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: HARVEY, D.; ŽIŽEK, S.; BADIOU, A.; DAVIS, M.; BIHR, A.; ZIBECCHI, R. (Orgs.). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020. pp. 13-23.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HO CS, CHEE CY, HO RC. **Mental Health Strategies to Combat the Psychological Impact of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Beyond Paranoia and Panic**. *Ann Acad Med Singap*. 2020 Mar 16;49(3):155-160. PMID: 32200399.

LIMA, ROSSANO CABRAL. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 30, n. 02 [Acessado 16 Agosto 2021] , e300214. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>>. Epub 24 Jul 2020. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A construção do saber**. Porto Alegre, Artmed/UFMG, 1999.

LAYRARGUES, P. P. **Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada**. *Ensino, Saúde e Ambiente*. Número Especial, p. 44-87, 2020.

LEIS, H. **Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo**. *Ambiente e Sociedade*, ano 1, n. 2, p. X-y, 1998.

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. **Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office**. *Caderno de Administração*, Maringá, v.28, Ed. Esp., jun./2020, p. 73

MARUJO, Noémi. **A Observação Participante na investigação em Turismo**. *TURyDES – Revista de Turismo y Dessarolo*. v.5, n. 13,2012.

MARX, Karl. **Ökonomisch-philosophische Manuskripten**. MEW 40. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Vol. I, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MARX, Karl. **Kritik des Gothaer Programms**. MEW 19. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

MARX, Karl. **Theorien über den Mehrwert**. Teil II. MEW 26.2. Berlin: Dietz Verlag,1969.

MARTINS, P. C.; SILVA, C. A. da. **Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate**. *Revista Turismo em Análise*, v. 29, n. 3, 487-505, 2019.

MARTINEZ, J. et al. **A trilha interpretativa como recurso didático na Educação Básica**. In: STURM, Luciane et al (Org.).*Qualidade do Ensino na Educação Básica:Contribuições das ciências da natureza, da matemática e de suas tecnologias*. Passo Fundo: Upf, 2015. 272 p

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza – Planejamento e Sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. **A proteção da natureza no Brasil: Evolução e conflitos de um modelo em construção**. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, BA. N. 9, 2004

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. *Ambiente & Sociedade* (online). 2006, v. 9, n. 1 (Acessado 19 Julho de 2021), PP.41-64.Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100003>>. Epub 26 Out 2006. ISSN 1809-4422.

MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MENEGASSI, Duda; BRAGANÇA, Daniele. **Os 30 meses de Ricardo Salles à frente do Ministério do Meio Ambiente**. Portal ECO, 2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/os-30-meses-de-ricardo-salles-a-frente-do-ministerio-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: 08/08/2021

MILANO, Miguel S. **Porque existem as unidades de conservação?** In: MILANO, M. S. (org.). *Unidades de Conservação: Atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002

Ministério da Saúde (2020). **OMS alerta: Suicídio é a 3ª causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos**. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-causa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/>> Acesso em: 06/08/2021

MTUR. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008

MTUR. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

JACOBI, P. **Dilemas Socioambientais na Gestão Metropolitana: do Risco à Busca da Sustentabilidade Urbana**. *Revista de Ciências Sociais*, n. 25, p. 115-134, 2006

OLIVEIRA, Ana Jour. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista**. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. v. 6, n. X, p. x-y, 2011.

KEIL, Ivete. **Do capitalismo industrial ao pós-industrial :Reflexões sobre trabalho e educação**. Educação *Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 15-21, jan-abr, 2007

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das letras, 2020.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo. Guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 1995.

LINO, C.F. **Vale do Ribeira: alternativa turismo**. São Paulo, 1976. 2 v. Monografia de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mackenzie, São Paulo

LINO, Clayton F. **Bairro da serra: estudo sobre um bairro rural de Iporanga**. São Paulo: FFLCH/USP, 1980. (Trabalho apresentado à disciplina Bairros Rurais)

LOBO, H.A.S.; PERINOTTO, J.A.J.; BOGGIANI, P.C. **Capacidade de carga turística em cavernas: estado da-arte e novas perspectivas**. *Espeleo-Tema*, v. 20, n, 1/2, p. 37-47, 2009.

LOBO, H.A.S.; VERÍSSIMO, C.U.V.; SALLUN FILHO, W.; FIGUEIREDO, L.A.V.; RASTEIRO, M.A. **Potencial Geoturístico da Paisagem Cárstica**. *Global Tourism*, v. 3, n. 2, p. 1-20. 2007.

LUKÁCS. **Per uma ontologia dell'essere sociale** – v. I, II* e II**. Roma: Riuniti. Tradução de Alberto Scarponi, 1981.

I, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Vol. I, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **A sombra das árvores: transdisciplinariedade e educação ambiental**.

São Paulo: Chronos, 2008.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Espeleoturismo e educação ambiental no PETAR - SP**. Pesquisa em Turismo e Paisagens Cársticas, v. 1, n. 1, p. 57-65, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge & DOUROJEANNI, Marc J. Biodiversidade: **A hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001.

RIBEIRO; LOBATO; OLIVEIRA; LIBERATO. **A concepção de natureza na civilização ocidental e a crise ambiental**. *Revista da Casa da Geografica de Sobral(RCGS)*, Sobral-CE, v. 14, n.1, p. 7-16, 2012.

ROCHA, A. A., Costa, J. P. de O. **A Reserva da biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no Estado de São Paulo**. Terra Virgem, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo. 1998

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. ALEA v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Protocolos de reabertura dos parques**. Infraestrutura e Meio Ambiente. 2020. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/protocolo-de-reabertura-dos-parques/>>. Acesso em: 07/08/2021

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente, Fundação Florestal do Estado de São Paulo, núcleo Planos de manejo. **Plano de Manejo do PETAR**. São Paulo, 2018. 845p. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-turistico-do-alto-ribeira-petar/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

SILVA-MELO, M.R.da; MELO, G. A. P.de; GUEDES, N. M. R. **Unidades de Conservação: uma reconexão com a natureza, pós covid-19**. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 15, n. 4, p. 347-360, 2020.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2012-2013**. São Paulo: 2014.

VALLEJO, L. R. **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão**. In: VALLEJO, L.R., PIMENTEL, D.S., MONTEZUMA, R.C.M.(Orgs.). **Uso Público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos**. Artigos do 1º e 2º Encontros Fluminenses –2013 e 2015. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

VASCONCELLOS, J.M.O. **Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais. Curitiba: UNILIVRE. v.1. p. 465-477, 1997.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

URRY, John. **O Olhar do Turista**. Editora Studio Nobel/SESC: São Paulo. 2001

WRIGHT, C. et al - **Organizing in the Anthropocene** - journals.sagepub.com/home/org – Organization 2018, Vol. 25(4) 455–471.

APÊNDICES

APÊNDICE I - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA QUALITATIVA REMOTA AOS VISITANTES QUE FORAM ENTREVISTADOS EM 2020

Esta pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso desenvolvida na UFOP cujo tema é “ O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia: Relatos de experiências de (Re)Conexão sociedade-natureza”. Ressaltamos que toda e qualquer resposta aqui fornecida terá como único objetivo o desenvolvimento de um trabalho científico na referida universidade e a identidade dos respondentes será mantida em total anonimato. Muito obrigado pela sua colaboração.

- 1- Após aquela visita você voltou ao PETAR ou a algum outro lugar para se (re)conectar com a natureza?
- 2- Como foi o retorno a sua casa após aquela visita ao PETAR?
- 3 - Como você se sentia no primeiro dia que conversamos e como você se sente agora após quase um ano em relação a pandemia e a necessidade de contato com a natureza? Quão importante foi para você aquela visita ?
- 4 -Você acha a continuidade da pandemia e a reclusão te fez valorizar mais a natureza?
- 5 -Para além da natureza, qual importância você atribui às comunidades que habitam o Petar?
- 6- Diante da nova realidade imposta pela pandemia, o que mudou no último ano e quanto a pandemia tem afetado, sua rotina profissional e pessoal?
- 7 - Você acha que o PETAR está bem preparado para receber a sociedade durante a pandemia ?Se você pudesse dar alguma sugestão para a gestão do PETAR qual seria?
- 8 - Qual o papel da sociedade na manutenção e preservação de áreas protegidas como o PETAR?

APÊNDICE II - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA QUALITATIVA REMOTA AOS MORADORES QUE FORAM ENTREVISTADOS EM 2020

Esta pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso desenvolvida na UFOP cujo tema é “O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia: Relatos de experiências de (Re)Conexão sociedade-natureza”. Ressaltamos que toda e qualquer resposta aqui fornecida terá como único objetivo o desenvolvimento de um trabalho científico na referida universidade e a identidade dos respondentes será mantida em total anonimato. Muito obrigado pela sua colaboração.

1 - Com a reabertura do parque na pandemia, você percebeu alguma diferença no perfil das pessoas que buscaram o PETAR nesse período?

2- Você acha que por causa da pandemia a motivação dos visitantes que vieram até o parque mudou? Algum visitante te contou algum relato sobre o porque estavam visitando o PETAR?

3 - Mudou alguma coisa em sua relação com o PETAR desde a nossa primeira entrevista em 2020?

4 - Diante da nova realidade imposta pela pandemia, o que mudou no último ano e quanto a pandemia tem afetado, sua rotina profissional e pessoal?

5 - O que fica permanente e o que deixar para trás com a experiência pandêmica?

APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA QUALITATIVA REMOTA A GESTORA DO PETAR

Esta pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso desenvolvida na UFOP cujo tema é “ O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia: Relatos de experiências de (Re)Conexão sociedade-natureza”. Ressaltamos que toda e qualquer resposta aqui fornecida terá como único objetivo o desenvolvimento de um trabalho científico na referida universidade e a identidade dos respondentes será mantida em total anonimato. Muito obrigado pela sua colaboração.

- 1 – Quais principais desafios a gestão encontrou nesse período pandêmico ?
- 2 - Quais aspectos positivos e negativos você destaca sobre o PETAR nesse momento de contingência pelo qual passamos?
- 3 - Quanto a pandemia afeta, atualmente, a rotina do Parque? 5 - Quais foram as principais medidas adotadas para o retorno das atividades de Uso Público do Parque?
- 4 - Quais foram as principais medidas adotadas para o retorno das atividades de Uso Público do Parque?
- 5 - O que faz do PETAR, um parque único?
- 6 - Por qual motivo você acredita que as pessoas buscam os espaços naturais ?
- 7 - O que fica permanente e o que deixar para trás na gestão com a experiência pandêmica?